



MUNICÍPIO DE MERCEDES **ESTADO DO PARANÁ**

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO

MODALIDADE: Chamada Pública nº 1/2026

OBJETO: *Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.*

DATA: 27 de janeiro de 2026



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag. 02

Ass.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes

Sector requisitante (Unidade/Sector/Departamento): Secretaria de Educação e Cultura

Responsável pela Elaboração do Documento: Jaíne Dörner

E-mail: educamercedes@yahoo.com.br

Telefone: (45) 3256-8010

1. Objeto (o que - descrição sucinta):

Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.

2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente):

Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar expirou em de 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças.

Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei n.º 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o art. 29 da Resolução FNDE n.º 06, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar.

Ressalta-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto na Lei n.º 15.226/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será ampliado para 45% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, contribui para a melhoria da qualidade da alimentação ofertada nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrário sustentável.



3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	464373	Kg	50	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	464373	Kg	50	7,79	389,50
03	Abacaxi	464374	Kg	30	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	464374	Kg	240	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotian	463748	Kg	70	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotian Orgânica	463748	Kg	170	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	463746	Kg	80	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	463746	Kg	160	5,99	958,40
09	Abobrinha Menina	463751	Kg	40	5,58	223,20
10	Abobrinha Menina Orgânica	463752	Kg	260	7,25	1.885,00
11	Acelga	463818	unid	300	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	463818	unid	30	10,49	314,70
13	Acerola	464340	Kg	50	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	464340	Kg	280	14,33	4.012,40
15	Alface	463830	Kg	100	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	463845	Kg	150	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	463938	Kg	80	44,73	3.578,40
18	Amora	464456	Kg	30	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	464456	Kg	120	26,81	3.217,20
20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã Orgânica	464376	Kg	350	11,65	4.077,50
22	Banana Nanica	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nanica Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464435	Kg	50	6,79	339,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00
30	Bolacha caseira	464340	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Peixe	464340	Kg	1000	25,38	25.380,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag. 04

Ass.

32	Bolo	609218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída 2ª	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânico	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço 150g	60	3,32	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço 150g	120	4,32	518,40
45	Cuca Alemã	461692	kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Húngara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de frutas	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipira	447587	Kg	800	28,35	22.680,00
51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00
53	Limão	464399	Kg	60	4,14	248,40
54	Limão Orgânico	464399	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00
56	Mamão Formosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Mamão Formosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Mandioca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Mandioca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464410	Kg	100	7,25	725,00
61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Maracujá Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de lasanha	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag. 05

Ass.

64	Mel	413364	Kg	80	34,69	2.775,20
65	Melado	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Melão amarelo Orgânico	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde Embalado	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und.	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	456046	Und.	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	45,79	3.663,20
71	Pão (colorido, milho, caseiro)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Peixe (Filé de Tilápia)	448955	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Pepino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Pepino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Pêssego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Quiabo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Quiabo Orgânico	609440	Kg	40	19,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tempero Verde	615267	Maço 150g	120	4,15	498,00
82	Tempero Verde Orgânico	615267	Maço 150g	200	5,40	1.080,00
83	Tomate Orgânico	609442	Kg	500	11,53	5.765,00
84	Vagem	463794	Kg	20	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	463794	Kg	60	23,08	1.384,80

*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais)

5. Previsão da data desejada para a contratação: 20/01/2026

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta



7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:

(X) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - EAN.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

(X) SIM

() NÃO

Justificativa: objeto de baixa complexidade.

Mercedes-PR, 18 de dezembro de 2025.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome):

Assinatura: _____

**Município de Mercedes****Estado do Paraná****CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO
DE DEMANDA**

CERTIFICO que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 20 de janeiro de 2026

JUCIANE

Assinado de forma digital por

BRUM:00412221993

JUCIANE BRUM:00412221993

Dados: 2026.01.20 16:16:03 -03'00'

Juciane Brum**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretária de Educação e Cultura

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar expirou em de 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças.

Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o art. 29 da Resolução FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar.

Ressalta-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto na Lei nº 15.226/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será ampliado para 45% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, contribui para a melhoria da qualidade da alimentação ofertada nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda



Município de Mercedes

Estado do Paraná

para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrário sustentável.

Por fim, destaca-se que para garantir transparência e eficiência no processo, foram obtidos orçamentos de diversas fontes, incluindo cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, o mercado regional e também da Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Esses orçamentos foram utilizados para estabelecer a média de preços dos itens necessários para a composição da chamada pública destinada à Merenda Escolar.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Os alimentos devem ser entregues conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, seguindo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em consideração a sazonalidade;

A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo; As entregas devem ser realizadas junto ao Paço Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou diariamente, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional;

Abaixo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços:

1. Escola Rural Municipal Cactano Munhoz da Rocha
Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.
2. Escola Rural Municipal José de Alencar
Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.
3. CMEI Passinhos do Saber
Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.
4. Escola Municipal Cantinho Feliz
Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.
5. Escola Municipal Tiradentes
Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de manchas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento seguro dos alimentos;

Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária – SIM;

Os panificados devem apresentar a licença sanitária;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85896-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado;

As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos estudantes;

Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se comuns ou especiais, define a modalidade da licitação e o prazo de publicação do edital. A classificação do fornecimento em contínuo e não contínuo, por seu turno, define as regras aplicáveis a vigência da contratação.

As estimativas de quantidade para a contratação foram estabelecidas com base nas refeições previstas nos cardápios da rede municipal de ensino. Além disso, foram consideradas as contratações anteriores realizadas pela Administração para o mesmo fim, bem como o número de alunos matriculados. Com essas informações, foi feita uma análise para assegurar que as quantidades necessárias estivessem adequadas.

Essas quantidades devem ser estimadas levando em conta o cardápio, o número de alunos, a modalidade de ensino (parcial ou integral) e o histórico de demandas anteriores. Devem ser utilizadas estatísticas, regressões ou projeções da utilização durante o período de contratação.

Indique os quantitativos:

Item	Produto	Und	Quantidade
1.	Abacate	Kg	50
2.	Abacate Orgânico	Kg	50
3.	Abacaxi	Kg	30
4.	Abacaxi Orgânico	Kg	240
5.	Abóbora Cabotian	Kg	70
6.	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	170
7.	Abóbora Moranga	Kg	80
8.	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	160
9.	Abobrinha Menina	Kg	40
10.	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	260
11.	Acelga	unid	300
12.	Acelga Orgânica	unid	30
13.	Acerola	Kg	50
14.	Acerola Orgânica	Kg	280
15.	Alface	Kg	100
16.	Alface Orgânica	Kg	150
17.	Alho Orgânico	Kg	80
18.	Amora	Kg	30
19.	Amora Orgânica	Kg	120
20.	Banana maçã	Kg	200
21.	Banana maçã Orgânica	Kg	350



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Produto	Und	Quantidade
22.	Banana Nanica	Kg	100
23.	Banana Nanica Orgânica	Kg	250
24.	Batata Doce	Kg	300
25.	Batata Doce Orgânica	Kg	110
26.	Bergamota	Kg	50
27.	Bergamota Orgânica	Kg	250
28.	Beterraba	Kg	30
29.	Beterraba Orgânica	Kg	600
30.	Bolacha caseira	Kg	1100
31.	Bolinho de Peixe	Kg	1000
32.	Bolo	Kg	1800
33.	Brócolis	Kg	350
34.	Brócolis Orgânico	Kg	250
35.	Carne de gado moída 2º	Kg	1100
36.	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	1050
37.	Cebola Orgânica	Kg	30
38.	Cenoura Orgânica	Kg	500
39.	Chuchu	Kg	40
40.	Chuchu Orgânico	Kg	160
41.	Couve Flor	Kg	300
42.	Couve flor orgânico	Kg	30
43.	Couve folha	Maço 150g	60
44.	Couve folha Orgânica	Maço 150g	120
45.	Cuca Alemã	kg	520
46.	Cuca Húngara	Kg	520
47.	Doce de frutas	Kg	100
48.	Feijão	Kg	80
49.	Feijão Orgânico	Kg	350
50.	Frango Caipira	Kg	800
51.	Laranja	Kg	450
52.	Laranja Orgânica	Kg	300
53.	Limão	Kg	60
54.	Limão Orgânico	Kg	120
55.	Macarrão	Kg	1750
56.	Mamão Formosa	Kg	50
57.	Mamão Formosa Orgânico	Kg	350
58.	Mandioca	Kg	600
59.	Mandioca Orgânica	Kg	600
60.	Manga	Kg	100
61.	Manga Orgânica	Kg	200
62.	Maraçujá Orgânico	Kg	80
63.	Massa de lasanha	Kg	1750



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Produto	Und	Quantidade
64.	Mel	Kg	80
65.	Melado	Kg	60
66.	Melão amarelo Orgânico	Kg	30
67.	Milho Verde Embalado	Kg	90
68.	Milho Verde Embalado Orgânico	UNID	60
69.	Mini pizza	Und.	7000
70.	Morango Orgânico	kg	80
71.	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	800
72.	Pão caseiro Integral	Kg	800
73.	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	320
74.	Pepino	Kg	60
75.	Pepino Orgânico	Kg	60
76.	Pêssego	Kg	100
77.	Quiabo	Kg	60
78.	Quiabo Orgânico	Kg	40
79.	Repolho	Kg	500
80.	Repolho Orgânico	Kg	450
81.	Tempero Verde	Maço 150g	120
82.	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	200
83.	Tomate Orgânico	Kg	500
84.	Vagem	Kg	20
85.	Vagem Orgânica	Kg	60

Classificação dos bens/serviços:☒ (X) Comuns.☐ () Especiais.☒ (X) Continuado.☐ () Não continuado.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):☒ (X) Plurianual☐ () Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Considerando que o art. 14 da Lei nº 11.947/09 determina que *“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres”*.

Considerando ainda que o art. 24 da Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020 prevê que a aquisição dos gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar, verifica-se que a realização do presente processo é a única solução viável identificada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais)

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado realizada em cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, mercado regional e também junto à Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Para a formação de preço dos produtos orgânicos, considerou-se o acréscimo de 30% ao valor médio dos produtos não orgânicos.

Metodologia utilizada: Realização de média entre os valores cotados para cada item.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Aquisição de alimentos da agricultura familiar, através de Chamada Pública, servindo as necessidades da Secretaria de Educação, bem como em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 e à Resolução FNDE nº 06/2020 e eventuais alterações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não se aplica.

Com relação à forma de fornecimento, a entrega das merendas oriundas da agricultura familiar de forma parcelada nas escolas municipais de Mercedes/PR justifica-se, primeiramente, pela necessidade de garantir a qualidade, frescor e segurança alimentar dos gêneros fornecidos aos alunos. Por se tratarem, em sua maioria, de produtos in natura ou minimamente processados, o fracionamento das entregas reduz o tempo de armazenamento, evitando perdas, deterioração e desperdício de alimentos.

Nesse contexto, destaca-se que o cronograma de fornecimento dos gêneros da agricultura familiar será orientado por tabela específica de entregas parceladas, elaborada com base na natureza de cada alimento, sua perecibilidade, sazonalidade e volume de consumo nas unidades



Município de Mercedes

Estado do Paraná

escolares. Referida tabela definirá a frequência, quantidade e período de entrega de cada item, possibilitando maior controle, previsibilidade e eficiência no abastecimento das escolas, bem como facilitando o planejamento logístico dos produtores familiares envolvidos. Além disso, a entrega parcelada contribui para uma melhor organização logística e operacional das unidades escolares, que possuem espaços limitados para estocagem, nem sempre adequados para grandes volumes de alimentos perecíveis. Dessa forma, assegura-se o correto acondicionamento dos produtos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Outro fator relevante é a adequação do fornecimento ao cardápio escolar, permitindo ajustes conforme o consumo real dos alunos, o calendário letivo e eventuais alterações nutricionais planejadas pelo setor responsável. Isso proporciona maior eficiência na utilização dos recursos públicos e garante o atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, a entrega parcelada fortalece a agricultura familiar local, possibilitando aos produtores um planejamento mais equilibrado da produção, colheita e distribuição, respeitando a sazonalidade dos alimentos e promovendo a sustentabilidade econômica dos agricultores do município e região, ao mesmo tempo em que assegura a regularidade do abastecimento das escolas municipais.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

O processo de Chamamento Público é importante para cumprir a Lei Federal nº 11.947/2009, a Resolução FNDE nº 06/2020 e a Lei nº 15.226/2025, além de dar continuidade nas aquisições de alimentos para a merenda escolar municipal em 2024 e início de 2025.

Ademais, objetiva-se atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não há contratações correlatas e interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal n.º 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: os quantitativos foram estimados com base na necessidade exata de utilização por parte da Administração, tornando desnecessária a adoção do sistema de registro de preços.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Diante do exposto, declara-se ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência do ato e das providências cabíveis.

Esta análise técnica preliminar foi realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 para aquisição de gêneros alimentícios do município de Mercedes/PR.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o LEP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 19 de dezembro de 2025.

JUCIANE

Assinado de forma digital por

JUCIANE BRUM:00412221993

BRUM:00412221993

Dados: 2026.01.20 16:17:36 -03'00'

Juciane Brum

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CERTIFICO que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 20 de janeiro de 2026

JUCIANE

Assinado de forma digital por

JUCIANE BRUM:00412221993

BRUM:00412221993

Dados: 2026.01.20 16:18:28 -03'00'

Juciane Brum

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	5,25
2	Abacate Orgânico	Kg	
3	Abacaxi	Kg	8,75
4	Abacaxi Orgânico	Kg	
5	Abóbora Cabotian	Kg	4,97
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	
7	Abóbora Moranga	Kg	4,76
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	
9	Abobrinha Menina	Kg	4,55
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	
11	Acelga	unid	6,30
12	Acelga Orgânica	unid	
13	Acerola	Kg	11,90
14	Acerola Orgânica	Kg	
15	Alface	Kg	11,55
16	Alface Orgânica	Kg	
17	Alho	Kg	34,30
18	Alho Orgânico	Kg	
19	Amora	Kg	22,40
20	Amora Orgânica	Kg	
21	Banana maçã	Kg	9,73
22	Banana maçã Orgânica	Kg	
23	Banana Nanica	Kg	6,37
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	
25	Batata Doce	Kg	4,37
26	Batata Doce Orgânica	Kg	
27	Bergamota	Kg	5,25
28	Bergamota Orgânica	Kg	
29	Beterraba	Kg	4,83
30	Beterraba Orgânica	Kg	
31	Bolacha caseira	Kg	
32	Bolinho de Peixe	Kg	26,90
33	Bolo	Kg	21,00
34	Bolo Salgado	kg	28,00
35	Brócolis	Kg	12,60
36	Brócolis Orgânico	Kg	
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	

39	Cebola	Kg	4,83
40	Cebola Orgânica	Kg	
41	Cenoura	Kg	4,76
42	Cenoura Orgânica	Kg	
43	Chuchu	Kg	4,30
44	Chuchu Orgânico	Kg	
45	Couve Flor	Kg	13,65
46	Couve flor orgânico	Kg	
47	Couve folha	Maço 150g	3,43
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	
49	Cuca Alemã	kg	28,50
50	Cuca Húngara	Kg	27,00
51	Doce de frutas	Kg	
52	Feijão	Kg	9,80
53	Feijão Orgânico	Kg	
54	Frango Caipira	Kg	27,00
55	Laranja Lima	Kg	7,28
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	
57	Laranja	Kg	5,60
58	Laranja Orgânica	Kg	
59	Limão	Kg	3,64
60	Limão Orgânico	Kg	
61	Macarrão	Kg	
62	Mamão Formosa	Kg	8,82
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	
64	Mandioca	Kg	8,40
65	Mandioca Orgânica	Kg	
66	Manga	Kg	4,34
67	Manga Orgânica	Kg	
68	Maracujá	Kg	16,10
69	Maracujá Orgânico	Kg	
70	Massa de lasanha	Kg	25,00
71	Mel	Kg	33,70
72	Melado	Kg	
73	Melão amarelo	Kg	8,12
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	
75	Milho Verde Embalado	Kg	9,97
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	
77	Mini pizza	UNID	2,50
78	Morango Orgânico	Kg	
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	29,00
80	Pão caseiro Integral	kg	29,00
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	

82	Pepino	Kg	4,79
83	Pepino Orgânico	Kg	
84	Pêssego	Kg	10,92
85	Pêssego Orgânico	Kg	
86	Quiabo	Kg	15,68
87	Quiabo Orgânico	Kg	
88	Repolho	Kg	4,13
89	Repolho Orgânico	Kg	
90	Tempero Verde	Maço 150g	3,43
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	
92	Tomate	Kg	8,61
93	Tomate Orgânico	Kg	
94	Vagem	Kg	14,70
95	Vagem Orgânica	Kg	

Lista de produtos

Data: 17/12/2025

Responsável pelo orçamento: *James + Keresztesi*

Assinatura: *James + Keresztesi*

Dr. Santos

502.784.609.68

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	
2	Abacate Orgânico	Kg	
3	Abacaxi	Kg	
4	Abacaxi Orgânico	Kg	
5	Abóbora Cabotian	Kg	
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	
7	Abóbora Moranga	Kg	
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	
9	Abobrinha Menina	Kg	
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	
11	Acelga	unid	
12	Acelga Orgânica	unid	
13	Acerola	Kg	
14	Acerola Orgânica	Kg	
15	Alface	Kg	
16	Alface Orgânica	Kg	
17	Alho	Kg	
18	Alho Orgânico	Kg	
19	Amora	Kg	
20	Amora Orgânica	Kg	
21	Banana maçã	Kg	
22	Banana maçã Orgânica	Kg	
23	Banana Nanica	Kg	
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	
25	Batata Doce	Kg	
26	Batata Doce Orgânica	Kg	
27	Bergamota	Kg	
28	Bergamota Orgânica	Kg	
29	Beterraba	Kg	
30	Beterraba Orgânica	Kg	
31	Bolacha caseira	Kg	
32	Bolinho de Peixe	Kg	
33	Bolo	Kg	
34	Bolo Salgado	kg	
35	Brócolis	Kg	
36	Brócolis Orgânico	Kg	
37	Carne de gado moída 2"	Kg	39,90
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	52,90

39	Cebola	Kg	
40	Cebola Orgânica	Kg	
41	Cenoura	Kg	
42	Cenoura Orgânica	Kg	
43	Chuchu	Kg	
44	Chuchu Orgânico	Kg	
45	Couve Flor	Kg	
46	Couve flor orgânico	Kg	
47	Couve folha	Maço 150g	
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	
49	Cuca Alemã	kg	
50	Cuca Húngara	Kg	
51	Doce de frutas	Kg	
52	Feijão	Kg	
53	Feijão Orgânico	Kg	
54	Frango Caipira	Kg	
55	Laranja Lima	Kg	
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	
57	Laranja	Kg	
58	Laranja Orgânica	Kg	
59	Limão	Kg	
60	Limão Orgânico	Kg	
61	Macarrão	Kg	
62	Mamão Formosa	Kg	
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	
64	Mandioca	Kg	
65	Mandioca Orgânica	Kg	
66	Maracujá	Kg	
67	Maracujá Orgânico	Kg	
68	Massa de lasanha	Kg	
69	Mel	Kg	
70	Melado	Kg	
71	Melão amarelo	Kg	
72	Melão amarelo Orgânico	Kg	
73	Milho Verde Embalado	Kg	
74	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	
75	Mini pizza	UNID	
76	Morango Orgânico	Kg	
77	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	
78	Pão caseiro Integral	kg	
79	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	
80	Pepino	Kg	
81	Pepino Orgânico	Kg	

82	Pêssego	Kg	
83	Pêssego Orgânico	Kg	
84	Quiabo	Kg	
85	Quiabo Orgânico	Kg	
86	Repolho	Kg	
87	Repolho Orgânico	Kg	
88	Tempero Verde	Maço 150g	
89	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	
90	Tomate	Kg	
91	Tomate Orgânico	Kg	
92	Vagem	Kg	
93	Vagem Orgânica	Kg	

Data: 02/12/2025

Responsável pelo orçamento: César Linker

Assinatura

CPF: 886.325.049-91

A

Secretaria de Educação e Cultura
A/C: Juciane Brun

Pesquisa de Preços para chamamento público 2026.

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	7,51
2	Abacate Orgânico	Kg	9,68
3	Abacaxi	Kg	10,31
4	Abacaxi Orgânico	Kg	12,02
5	Abóbora Cabotian	Kg	4,59
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	5,72
7	Abóbora Moranga	Kg	3,78
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	5,39
9	Abobrinha Menina	Kg	6,85
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	8,64
11	Acelga	unid	9,74
12	Acelga Orgânica	unid	11,63
13	Acerola	Kg	13,58
14	Acerola Orgânica	Kg	17,65
15	Alface	Kg	13,58
16	Alface Orgânica	Kg	16,97
17	Alho	Kg	31,82
18	Alho Orgânico	Kg	44,94
19	Amora	Kg	21,12
20	Amora Orgânica	Kg	27,45
21	Banana maçã	Kg	10,06
22	Banana maçã Orgânica	Kg	14,54
23	Banana Nanica	Kg	7,29
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	9,34
25	Batata Doce	Kg	5,98
26	Batata Doce Orgânica	Kg	7,55
27	Bergamota	Kg	8,81
28	Bergamota Orgânica	Kg	13,28
29	Beterraba	Kg	7,30
30	Beterraba Orgânica	Kg	9,31
31	Bolacha caseira	Kg	56,70

32	Bolinho de Peixe	Kg	0,00
33	Bolo	Kg	0,00
34	Bolo Salgado	kg	0,00
35	Brócolis	Kg	13,36
36	Brócolis Orgânico	Kg	16,41
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	0,00
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	0,00
39	Cebola	Kg	7,52
40	Cebola Orgânica	Kg	11,12
41	Cenoura	Kg	7,63
42	Cenoura Orgânica	Kg	10,01
43	Chuchu	Kg	6,12
44	Chuchu Orgânico	Kg	8,23
45	Couve Flor	Kg	13,41
46	Couve flor orgânico	Kg	17,09
47	Couve folha	Maço 150g	2,98
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	4,06
49	Cuca Alemã	kg	36,27
50	Cuca Húngara	Kg	24,84
51	Doce de frutas	Kg	32,94
52	Feijão	Kg	12,76
53	Feijão Orgânico	Kg	16,23
54	Frango Caipira	Kg	0,00
55	Laranja Lima	Kg	17,80
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	25,42
57	Laranja	Kg	6,55
58	Laranja Orgânica	Kg	11,30
59	Limão	Kg	5,82
60	Limão Orgânico	Kg	7,23
61	Macarrão	Kg	39,40
62	Mamão Formosa	Kg	11,71
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	13,63
64	Mandioca	Kg	9,27
65	Mandioca Orgânica	Kg	11,98
66	Manga	Kg	10,16
67	Manga Orgânica	Kg	13,38
68	Maracujá	Kg	16,94
69	Maracujá Orgânico	Kg	21,38
70	Massa de lasanha	Kg	0,00

71	Mel	Kg	40,77
72	Melado	Kg	27,42
73	Melão amarelo	Kg	11,14
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	14,49
75	Milho Verde Embalado	Kg	10,98
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	16,90
77	Mini pizza (unid c/ aprox 80 gr)	UNID	9,02
78	Morango Orgânico	Kg	52,77
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	33,02
80	Pão caseiro Integral	kg	30,80
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	54,00
82	Pepino	Kg	7,44
83	Pepino Orgânico	Kg	9,57
84	Pêssego	Kg	14,84
85	Pêssego Orgânico	Kg	19,29
86	Quiabo	Kg	12,03
87	Quiabo Orgânico	Kg	17,83
88	Repolho	Kg	6,05
89	Repolho Orgânico	Kg	6,59
90	Tempero Verde	Maço 150g	4,91
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	6,90
92	Tomate	Kg	10,22
93	Tomate Orgânico	Kg	13,89
94	Vagem	Kg	18,91
95	Vagem Orgânica	Kg	23,58
			1.369,44

Data: 15 de dezembro de 2025

COOPERATIVA DE
 AGROECOLOGIA E DA
 AGRICULTURA
 FAMI:08611304000105

Assinado de forma digital por
 COOPERATIVA DE
 AGROECOLOGIA E DA
 AGRICULTURA
 FAMI:08611304000105
 Dados: 2025.12.15 10:10:22 -03'00'

HERBERTO LAMB
 CPF 598.723.819-68

COOPERATIVA DE AGROECOLOGIA E DA
 AGRICULTURA FAMILIAR - COPERFAM
 CNPJ 08.611.304/0001-05

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	
2	Abacate Orgânico	Kg	7,50
3	Abacaxi	Kg	
4	Abacaxi Orgânico	Kg	12,50
5	Abóbora Cabotian	Kg	
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	7,10
7	Abóbora Moranga	Kg	
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	6,80
9	Abobrinha Menina	Kg	
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	6,50
11	Acelga	unid	
12	Acelga Orgânica	unid	9,00
13	Acerola	Kg	
14	Acerola Orgânica	Kg	17,00
15	Alface	Kg	
16	Alface Orgânica	Kg	16,5
17	Alho	Kg	
18	Alho Orgânico	Kg	49,00
19	Amora	Kg	
20	Amora Orgânica	Kg	32,00
21	Banana maçã	Kg	
22	Banana maçã Orgânica	Kg	13,9
23	Banana Nanica	Kg	
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	9,10
25	Batata Doce	Kg	
26	Batata Doce Orgânica	Kg	6,25
27	Bergamota	Kg	
28	Bergamota Orgânica	Kg	7,50
29	Beterraba	Kg	
30	Beterraba Orgânica	Kg	6,90
31	Bolacha caseira	Kg	45,00
32	Bolinho de Peixe	Kg	
33	Bolo	Kg	
34	Bolo Salgado	kg	
35	Brócolis	Kg	
36	Brócolis Orgânico	Kg	18,00
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	

39	Cebola	Kg	
40	Cebola Orgânica	Kg	6,90
41	Cenoura	Kg	
42	Cenoura Orgânica	Kg	6,80
43	Chuchu	Kg	
44	Chuchu Orgânico	Kg	6,15
45	Couve Flor	Kg	
46	Couve flor orgânico	Kg	19,5
47	Couve folha	Maço 150g	
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	4,90
49	Cuca Alemã	kg	
50	Cuca Húngara	Kg	
51	Doce de frutas	Kg	28,90
52	Feijão	Kg	
53	Feijão Orgânico	Kg	14,00
54	Frango Caipira	Kg	32,80
55	Laranja Lima	Kg	
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	10,4
57	Laranja	Kg	
58	Laranja Orgânica	Kg	8,00
59	Limão	Kg	
60	Limão Orgânico	Kg	5,20
61	Macarrão	Kg	29,00
62	Mamão Formosa	Kg	
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	12,6
64	Mandioca	Kg	
65	Mandioca Orgânica	Kg	12,00
66	Manga	Kg	
67	Manga Orgânica	Kg	6,2
68	Maracujá	Kg	
69	Maracujá Orgânico	Kg	23,00
70	Massa de lasanha	Kg	
71	Mel	Kg	
72	Melado	Kg	24,80
73	Melão amarelo	Kg	
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	11,60
75	Milho Verde Embalado	Kg	
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	14,25
77	Mini pizza	UNID	
78	Morango Orgânico	Kg	43,60
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	
80	Pão caseiro Integral	kg	
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	41,00

82	Pepino	Kg	
83	Pepino Orgânico	Kg	6,85
84	Pêssego	Kg	
85	Pêssego Orgânico	Kg	15,60
86	Quiabo	Kg	
87	Quiabo Orgânico	Kg	22,40
88	Repolho	Kg	
89	Repolho Orgânico	Kg	5,90
90	Tempero Verde	Maço 150g	
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	4,90
92	Tomate	Kg	
93	Tomate Orgânico	Kg	12,30
94	Vagem	Kg	
95	Vagem Orgânica	Kg	21,00

Data: 12/12/2025

Responsável pelo orçamento: *Marcia Regina Gobel Schone*

Assinatura: *Marcia R. G. Schone*

95.719.597/0001-35

IE : 302 00838-13

Associação Central dos
Produtores Rurais Ecológicos

Rua Travessa Brasília, 10

Centro - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - Paraná

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	
2	Abacate Orgânico	Kg	
3	Abacaxi	Kg	
4	Abacaxi Orgânico	Kg	
5	Abóbora Cabotian	Kg	
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	
7	Abóbora Moranga	Kg	
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	
9	Abobrinha Menina	Kg	
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	
11	Acelga	unid	
12	Acelga Orgânica	unid	
13	Acerola	Kg	
14	Acerola Orgânica	Kg	
15	Alface	Kg	
16	Alface Orgânica	Kg	
17	Alho	Kg	
18	Alho Orgânico	Kg	
19	Amora	Kg	
20	Amora Orgânica	Kg	
21	Banana maçã	Kg	
22	Banana maçã Orgânica	Kg	
23	Banana Nanica	Kg	
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	
25	Batata Doce	Kg	
26	Batata Doce Orgânica	Kg	
27	Bergamota	Kg	
28	Bergamota Orgânica	Kg	
29	Beterraba	Kg	
30	Beterraba Orgânica	Kg	
31	Bolacha caseira	Kg	
32	Bolinho de Peixe	Kg	
33	Bolo	Kg	
34	Bolo Salgado	kg	
35	Brócolis	Kg	
36	Brócolis Orgânico	Kg	
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	32,90
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	45,90

39	Cebola	Kg	
40	Cebola Orgânica	Kg	
41	Cenoura	Kg	
42	Cenoura Orgânica	Kg	
43	Chuchu	Kg	
44	Chuchu Orgânico	Kg	
45	Couve Flor	Kg	
46	Couve flor orgânico	Kg	
47	Couve folha	Maço 150g	
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	
49	Cuca Alemã	kg	
50	Cuca Húngara	Kg	
51	Doce de frutas	Kg	
52	Feijão	Kg	
53	Feijão Orgânico	Kg	
54	Frango Caipira	Kg	
55	Laranja Lima	Kg	
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	
57	Laranja	Kg	
58	Laranja Orgânica	Kg	
59	Limão	Kg	
60	Limão Orgânico	Kg	
61	Macarrão	Kg	
62	Mamão Formosa	Kg	
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	
64	Mandioca	Kg	
65	Mandioca Orgânica	Kg	
66	Manga		
67	Manga Orgânica		
68	Maracujá	Kg	
69	Maracujá Orgânico	Kg	
70	Massa de lasanha	Kg	
71	Mel	Kg	
72	Melado	Kg	
73	Melão amarelo	Kg	
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	
75	Milho Verde Embalado	Kg	
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	
77	Mini pizza	UNID	
78	Morango Orgânico	Kg	
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	
80	Pão caseiro Integral	kg	
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	

82	Pepino	Kg	
83	Pepino Orgânico	Kg	
84	Pêssego	Kg	
85	Pêssego Orgânico	Kg	
86	Quiabo	Kg	
87	Quiabo Orgânico	Kg	
88	Repolho	Kg	
89	Repolho Orgânico	Kg	
90	Tempero Verde	Maço 150g	
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	
92	Tomate	Kg	
93	Tomate Orgânico	Kg	
94	Vagem	Kg	
95	Vagem Orgânica	Kg	

mercado modulo - CNPJ 04.760.863/0001-18

Data: 08/12/2025

Responsável pelo orçamento: Jureci Kneegymor
CPF: 094.447.79-46

Assinatura: Jureci Kneegymor

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	5,22
2	Abacate Orgânico	Kg	6,79
3	Abacaxi	Kg	8,33
4	Abacaxi Orgânico	Kg	10,83
5	Abóbora Cabotian	Kg	5,05
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	6,57
7	Abóbora Moranga	Kg	5,29
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	6,88
9	Abobrinha Menina	Kg	5,33
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	6,93
11	Acelga	unid	8,18
12	Acelga Orgânica	unid	10,63
13	Acerola	Kg	7,58
14	Acerola Orgânica	Kg	9,85
15	Alface	Kg	10,85
16	Alface Orgânica	Kg	14,11
17	Alho	Kg	37,10
18	Alho Orgânico	Kg	48,23
19	Amora	Kg	18,35
20	Amora Orgânica	Kg	26,21
21	Banana maçã	Kg	7,09
22	Banana maçã Orgânica	Kg	9,22
23	Banana Nanica	Kg	5,86
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	7,62
25	Batata Doce	Kg	4,93
26	Batata Doce Orgânica	Kg	6,41
27	Bergamota	Kg	6,30
28	Bergamota Orgânica	Kg	8,19
29	Beterraba	Kg	7,03
30	Beterraba Orgânica	Kg	9,14
31	Bolacha caseira	Kg	39,05
32	Bolinho de Peixe	Kg	23,75
33	Bolo	Kg	19,65
34	Bolo Salgado	kg	26,93
35	Brócolis	Kg	10,10
36	Brócolis Orgânico	Kg	13,13
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	25,30
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	40,99

39	Cebola	Kg	8,28
40	Cebola Orgânica	Kg	10,76
41	Cenoura	Kg	7,20
42	Cenoura Orgânica	Kg	9,36
43	Chuchu	Kg	5,62
44	Chuchu Orgânico	Kg	7,31
45	Couve Flor	Kg	10,17
46	Couve flor orgânico	Kg	13,22
47	Couve folha	Maço 150g	3,56
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	4,63
49	Cuca Alemã	kg	26,56
50	Cuca Húngara	Kg	25,67
51	Doce de frutas	Kg	23,64
52	Feijão	Kg	11,41
53	Feijão Orgânico	Kg	14,83
54	Frango Caipira	Kg	25,24
55	Laranja Lima	Kg	7,91
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	10,28
57	Laranja	Kg	5,06
58	Laranja Orgânica	Kg	6,58
59	Limão	Kg	2,95
60	Limão Orgânico	Kg	3,84
61	Macarrão	Kg	27,00
62	Mamão Formosa	Kg	8,36
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	10,82
64	Mandioca	Kg	7,87
65	Mandioca Orgânica	Kg	10,23
66	Manga	Kg	7,25
67	Manga Orgânica	Kg	9,42
68	Maracujá	Kg	12,33
69	Maracujá Orgânico	Kg	16,03
70	Massa de lasanha	Kg	23,37
71	Mel	Kg	29,61
72	Melado	Kg	17,79
73	Melão amarelo	Kg	8,30
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	10,79
75	Milho Verde Embalado	Kg	9,14
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	11,88
77	Mini pizza	UNID	2,37
78	Morango Orgânico	Kg	41,01
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	20,80
80	Pão caseiro Integral	kg	27,91
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	39,28

82	Pepino	Kg	6,21
83	Pepino Orgânico	Kg	8,07
84	Pêssego	Kg	22,32
85	Pêssego Orgânico	Kg	29,02
86	Quiabo	Kg	16,56
87	Quiabo Orgânico	Kg	21,53
88	Repolho	Kg	4,66
89	Repolho Orgânico	Kg	6,06
90	Tempero Verde	Maço 150g	4,11
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	5,34
92	Tomate	Kg	7,78
93	Tomate Orgânico	Kg	10,11
94	Vagem	Kg	19,65
95	Vagem Orgânica	Kg	25,55

Data: 16/12/2025

Responsável pelo orçamento: *Eric Sonntag*

CPF: 502.784.609-68

Assinatura:

Eric Sonntag

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	
2	Abacate Orgânico	Kg	
3	Abacaxi	Kg	
4	Abacaxi Orgânico	Kg	
5	Abóbora Cabotian	Kg	
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	
7	Abóbora Moranga	Kg	
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	
9	Abobrinha Menina	Kg	
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	
11	Acelga	unid	
12	Acelga Orgânica	unid	
13	Acerola	Kg	
14	Acerola Orgânica	Kg	
15	Alface	Kg	
16	Alface Orgânica	Kg	
17	Alho	Kg	
18	Alho Orgânico	Kg	
19	Amora	Kg	
20	Amora Orgânica	Kg	
21	Banana maçã	Kg	
22	Banana maçã Orgânica	Kg	
23	Banana Nanica	Kg	
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	
25	Batata Doce	Kg	
26	Batata Doce Orgânica	Kg	
27	Bergamota	Kg	
28	Bergamota Orgânica	Kg	
29	Beterraba	Kg	
30	Beterraba Orgânica	Kg	
31	Bolacha caseira	Kg	
32	Bolinho de Peixe	Kg	
33	Bolo	Kg	24,00
34	Bolo Salgado	kg	26,00
35	Brócolis	Kg	
36	Brócolis Orgânico	Kg	
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	

39	Cebola	Kg	
40	Cebola Orgânica	Kg	
41	Cenoura	Kg	
42	Cenoura Orgânica	Kg	
43	Chuchu	Kg	
44	Chuchu Orgânico	Kg	
45	Couve Flor	Kg	
46	Couve flor orgânico	Kg	
47	Couve folha	Maço 150g	
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	
49	Cuca Alemã	kg	25,00
50	Cuca Húngara	Kg	26,50
51	Doce de frutas	Kg	
52	Feijão	Kg	
53	Feijão Orgânico	Kg	
54	Frango Caipira	Kg	
55	Laranja Lima	Kg	
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	
57	Laranja	Kg	
58	Laranja Orgânica	Kg	
59	Limão	Kg	
60	Limão Orgânico	Kg	
61	Macarrão	Kg	
62	Mamão Formosa	Kg	
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	
64	Mandioca	Kg	
65	Mandioca Orgânica	Kg	
66	Manga		
67	Manga Orgânica		
68	Maracujá	Kg	
69	Maracujá Orgânico	Kg	
70	Massa de lasanha	Kg	29,50
71	Mel	Kg	
72	Melado	Kg	
73	Melão amarelo	Kg	
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	
75	Milho Verde Embalado	Kg	
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	
77	Mini pizza	UNID	2,80
78	Morango Orgânico	Kg	
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	24,00
80	Pão caseiro Integral	kg	29,00
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	

82	Pepino	Kg	
83	Pepino Orgânico	Kg	
84	Pêssego	Kg	
85	Pêssego Orgânico	Kg	
86	Quiabo	Kg	
87	Quiabo Orgânico	Kg	
88	Repolho	Kg	
89	Repolho Orgânico	Kg	
90	Tempero Verde	Maço 150g	
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	
92	Tomate	Kg	
93	Tomate Orgânico	Kg	
94	Vagem	Kg	
95	Vagem Orgânica	Kg	

Data: 17/12/2025

Responsável pelo orçamento: Rosemei Lerner.

CPF: 03332661957

Assinatura: Rosemei Lerner.

Item	Produto	Und	Preço
1	Abacate	Kg	
2	Abacate Orgânico	Kg	
3	Abacaxi	Kg	
4	Abacaxi Orgânico	Kg	
5	Abóbora Cabotian	Kg	
6	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	
7	Abóbora Moranga	Kg	
8	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	
9	Abobrinha Menina	Kg	
10	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	
11	Acelga	unid	
12	Acelga Orgânica	unid	
13	Acerola	Kg	
14	Acerola Orgânica	Kg	
15	Alface	Kg	
16	Alface Orgânica	Kg	
17	Alho	Kg	
18	Alho Orgânico	Kg	
19	Amora	Kg	
20	Amora Orgânica	Kg	
21	Banana maçã	Kg	
22	Banana maçã Orgânica	Kg	
23	Banana Nanica	Kg	
24	Banana Nanica Orgânica	Kg	
25	Batata Doce	Kg	
26	Batata Doce Orgânica	Kg	
27	Bergamota	Kg	
28	Bergamota Orgânica	Kg	
29	Beterraba	Kg	
30	Beterraba Orgânica	Kg	
31	Bolacha caseira	Kg	
32	Bolinho de Peixe	Kg	29,50
33	Bolo	Kg	
34	Bolo Salgado	kg	
35	Brócolis	Kg	
36	Brócolis Orgânico	Kg	
37	Carne de gado moída 2ª	Kg	
38	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	

39	Cebola	Kg	
40	Cebola Orgânica	Kg	
41	Cenoura	Kg	
42	Cenoura Orgânica	Kg	
43	Chuchu	Kg	
44	Chuchu Orgânico	Kg	
45	Couve Flor	Kg	
46	Couve flor orgânico	Kg	
47	Couve folha	Maço 150g	
48	Couve folha Orgânica	Maço 150g	
49	Cuca Alemã	kg	
50	Cuca Húngara	Kg	
51	Doce de frutas	Kg	
52	Feijão	Kg	
53	Feijão Orgânico	Kg	
54	Frango Caipira	Kg	
55	Laranja Lima	Kg	
56	Laranja Lima Orgânica	Kg	
57	Laranja	Kg	
58	Laranja Orgânica	Kg	
59	Limão	Kg	
60	Limão Orgânico	Kg	
61	Macarrão	Kg	
62	Mamão Formosa	Kg	
63	Mamão Formosa Orgânico	Kg	
64	Mandioca	Kg	
65	Mandioca Orgânica	Kg	
66	Manga		
67	Manga Orgânica		
68	Maracujá	Kg	
69	Maracujá Orgânico	Kg	
70	Massa de lasanha	Kg	
71	Mel	Kg	
72	Melado	Kg	
73	Melão amarelo	Kg	
74	Melão amarelo Orgânico	Kg	
75	Milho Verde Embalado	Kg	
76	Milho Verde Embalado Orgânico	Kg	
77	Mini pizza	UNID	
78	Morango Orgânico	Kg	
79	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	
80	Pão caseiro Integral	kg	
81	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	

82	Pepino	Kg	
83	Pepino Orgânico	Kg	
84	Pêssego	Kg	
85	Pêssego Orgânico	Kg	
86	Quiabo	Kg	
87	Quiabo Orgânico	Kg	
88	Repolho	Kg	
89	Repolho Orgânico	Kg	
90	Tempero Verde	Maço 150g	
91	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	
92	Tomate	Kg	
93	Tomate Orgânico	Kg	
94	Vagem	Kg	
95	Vagem Orgânica	Kg	

Data:

Responsável pelo orçamento: *Wilberto Hilger*

Assinatura: *Wilberto Hilger*

968.049.479-91

Organismo			AFRIMEX	EXPLORAM	PRODUTOS TEND	PRODUTOS SOLANTE	PRODUTOS TEND	TOTA	AFRIMEX	MERCADO SANTIA	MERCADO MONTE	FRUTIMEX	MERCADO	MERCADO
Item	Produto	Unid	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço
1	Abacate	Kg	8,72	7,51				8,38						8,69
2	Abacate Orgânico	Kg	9,39	9,68					7,3					7,79
3	Abacate	Kg	8,72	10,21				8,72						9,13
4	Abacate Orgânico	Kg	10,63	11,87					12,9					11,87
5	Abacate Catalão	Kg	7,85	6,59				4,07						4,85
6	Abacate Catalão Orgânico	Kg	6,57	5,71					7,1					4,75
7	Abacate Maracá	Kg	6,29	3,78					4,76					4,81
8	Abacate Maracá Orgânico	Kg	6,89	5,39					8,8					8,99
9	Abacate Maracá	Kg	7,39	6,81				4,48						5,88
10	Abacate Maracá Orgânico	Kg	6,43	8,66					8,2					7,25
11	Abacate	kg	8,18	6,71				6,7						8,87
12	Abacate Orgânico	kg	9,63	11,03					9					10,49
13	Abacate	Kg	7,56	11,58				11,8						11,02
14	Abacate Orgânico	Kg	9,89	17,69					17					14,33
15	Abacate	Kg	39,83	15,59				11,55						10,68
16	Abacate Orgânico	Kg	51,13	16,97					16,8					18,28
17	Abacate	Kg	75,18	21,80				14,3						14,43
18	Abacate Orgânico	Kg	48,73	49,99					40					44,71
19	Abacate	Kg	18,35	21,12				22,4						20,67
20	Abacate Orgânico	Kg	28,23	37,49					23					28,81
21	Abacate Maracá	Kg	7,69	10,08				8,73						8,86
22	Abacate Maracá Orgânico	Kg	9,25	14,54					13,9					13,65
23	Abacate Maracá	Kg	2,86	3,78				8,72						6,81
24	Abacate Maracá Orgânico	Kg	7,63	8,11					8,1					8,46
25	Abacate Maracá	Kg	4,05	5,58				4,47						5,82
26	Abacate Maracá Orgânico	Kg	6,61	2,55					6,39					6,65
27	Abacate Maracá	Kg	6,29	8,81				8,35						6,79
28	Abacate Maracá Orgânico	Kg	8,19	12,28					7,2					8,83
29	Abacate Maracá	Kg	7,10	7,5				4,83						6,39
30	Abacate Maracá Orgânico	Kg	9,14	8,71					6,8					8,31
31	Abacate Maracá	Kg	20,29	30,7					24					25,72
32	Abacate de Fruto	Kg	23,73					25,5	26,2					25,18
33	Abacate	Kg	19,15					28,7	21					21,93
34	Abacate Orgânico	Kg	30,48					30	28					25,58
35	Abacate	Kg	10,10	11,26				12,6						12,82
36	Abacate Orgânico	Kg	13,13	16,61					18					15,63
37	Abacate de Fruto Orgânico	Kg	25,39		25,3						32,9			22,79
38	Abacate de Fruto Orgânico sem semente, traseiro	Kg	3,09		32,9						47,9			46,69
39	Abacate	Kg	8,28	2,82				4,83						6,85
40	Abacate Orgânico	Kg	10,26	11,13					9,8					8,94
41	Abacate	Kg	7,20	7,63				4,75						6,55
42	Abacate Orgânico	Kg	9,56	10,01					6,8					8,77
43	Abacate	Kg	7,72	8,72				4,5						5,35
44	Abacate Orgânico	Kg	7,51	8,72					6,15					6,96
45	Abacate	Kg	10,17	12,43				12,69						12,45
46	Abacate Orgânico	Kg	13,32	17,69					19,5					16,13
47	Abacate Maracá	Mapa	2,36	2,68				1,47						5,32
48	Abacate Maracá Orgânico	Mapa	4,63	4,18					4,8					4,32
49	Abacate Maracá	Kg	25,76	16,71				27	20,3					24,68
50	Abacate Maracá	Kg	22,67	24,29				25,5	2,7					26,88
51	Abacate Maracá	Kg	2,584	21,04					28,0					18,45
52	Abacate	Kg	11,41	14,78					1,8					11,43
53	Abacate Orgânico	Kg	13,83	16,73										14,72
54	Abacate Catalão	Kg	25,24					27	22,8					28,35
55	Abacate Maracá	Kg	7,91	17,8				7,38						11,88
56	Abacate Maracá Orgânico	Kg	10,38	21,43					10,4					14,39
57	Abacate	Kg	7,16	8,77				7,6						6,74
58	Abacate Orgânico	Kg	6,58	11,3					8					7,86
59	Abacate	Kg	2,58	8,83				3,64						6,14
60	Abacate Orgânico	Kg	3,84	7,71					6,2					6,38
61	Abacate Maracá	Kg	22,68	20,4					20					21,88
62	Abacate Maracá	Kg	8,76	11,71				8,83						9,63
63	Abacate Maracá Orgânico	Kg	10,87	12,63					12,6					12,52
64	Abacate Maracá	Kg	7,87	8,72				8,4						8,51
65	Abacate Orgânico	Kg	10,73	11,98					12					11,88
66	Abacate	Kg	7,64	10,11				4,12						7,57
67	Abacate Orgânico	Kg	9,15	12,78					8,7					9,43
68	Abacate Maracá	Kg	1,733	18,29				10,4						14,24
69	Abacate Orgânico	Kg	16,43	21,34					23					18,42
70	Abacate Maracá	Kg	20,77					25,8	21					22,52
71	Abacate	Kg	26,91	40,71				10,7						24,69
72	Abacate	Kg	17,79	21,43					24,8					22,14
73	Abacate Maracá	Kg	8,70	11,14				8,12						9,19
74	Abacate Maracá Orgânico	Kg	10,79	14,49					11,6					11,95
75	Abacate Maracá Orgânico	Kg	9,14	10,98				8,57						10,63
76	Abacate Verde Embalado Orgânico	Kg	11,88	36,8					11,15					12,84
77	Abacate Maracá	Mapa	20,79	6,02				2,8	4,3					6,17
78	Abacate Orgânico	Kg	41,81	92,77					65,6					45,79
79	Abacate Maracá Orgânico	Kg	25,88	20,10				26	24					26,77
80	Abacate Maracá Orgânico	Kg	22,64	20,8				26	24					23,23
81	Abacate Maracá Orgânico	Kg	25,78	3,4					41					44,78
82	Abacate Maracá	Kg	6,21	7,44					4,79					6,15
83	Abacate Orgânico	Kg	8,07	8,57					6,85					8,81
84	Abacate Maracá	Kg	25,72	14,29				10,92						16,83
85	Abacate Orgânico	Kg	28,81	19,76					19,6					28,84
86	Abacate	Kg	18,78	12,03				15,68						14,75
87	Abacate Orgânico	Kg	21,97	17,89					22,6					19,19
88	Abacate	Kg	8,69	8,02				4,12						6,98
89	Abacate Orgânico	Kg	6,19	8,58					5,8					6,42
90	Abacate Verde	Mapa												
91	Abacate Verde Orgânico	Mapa	8,13	1,91				1,43						4,15
92	Abacate Verde Orgânico	Mapa	5,34	6,9					4,6					5,81
93	Abacate	Kg	2,78	10,77				8,18						8,87
94	Abacate Orgânico	Kg	18,11	13,99					15,1					11,53
95	Abacate	Kg	18,87	18,91				14,7						17,75
96	Abacate Orgânico	Kg	15,85	21,78					21					13,78

[illegible][illegible]

511

800-998-8277, 998

511

CFEJA PESSON (45 9943-45712)																
PRODUTO	UNID	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL	IDE UTILIZADA	SORTEIO	VALOR (I)	QNTD (I)	VALOR (II)	QNTD (II)	VALOR (III)	QNTD (III)	VALOR (IV)	QNTD (IV)	VALOR (V)	QNTD (V)
Alimentos Convencionais Opção 1	Kg	146	4,73	R\$ 690,58	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Alternativos Opção 1	Kg	40	5,00	R\$ 200,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Alternativos Opção 2	Kg	10	7,25	R\$ 72,50	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 3	Kg	20	11,70	R\$ 234,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 4	Kg	30	16,81	R\$ 504,30	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 5	Kg	10	6,52	R\$ 65,20	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 6	Kg	24	8,87	R\$ 212,88	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 7	Kg	55	8,31	R\$ 457,05	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 8	Kg	30	8,64	R\$ 259,20	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 9	Kg	22	9,48	R\$ 210,56	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 10	Kg	10	6,48	R\$ 64,80	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 11	Kg	50	11,20	R\$ 560,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 12	Kg	24	7,48	R\$ 179,52	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 13	Kg	20	9,18	R\$ 183,60	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 14	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 15	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 16	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 17	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 18	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 19	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 20	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 21	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 22	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 23	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 24	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 25	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 26	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 27	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 28	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 29	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 30	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 31	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 32	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 33	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 34	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 35	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 36	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 37	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 38	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 39	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 40	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 41	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 42	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 43	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 44	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 45	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 46	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 47	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 48	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 49	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 50	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 51	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 52	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 53	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 54	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 55	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 56	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 57	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 58	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 59	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 60	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 61	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 62	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 63	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 64	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 65	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 66	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 67	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 68	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 69	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 70	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 71	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 72	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 73	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 74	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos Opção 75	Kg	40	11,80	R\$ 472,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Saddle
US 38.760,302

Solido

ISSN 0013-792X/200

Solido

PRODUTO	UNID	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL	TDE UTILIZADA	SOBRA	QNTD [1]	VALOR [2]	QNTD [2]	VALOR [3]	QNTD [3]	VALOR [4]	QNTD [4]	VALOR [5]
Alumina Mexica Ogritico	kg	40	7,25	R\$ 290,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Mexica Ogritico	kg	40	10,79	R\$ 431,60	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	100	14,38	R\$ 1.438,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumina Ogritico	kg	50	14,88	R\$ 744,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	70	20,81	R\$ 1.456,70	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	100	8,68	R\$ 868,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumina Ogritico	kg	70	8,31	R\$ 581,70	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumina Ogritico	kg	200	15,03	R\$ 3.006,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	40	8,48	R\$ 339,20	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	40	16,13	R\$ 645,20	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumina Ogritico	kg	40	4,32	R\$ 172,80	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	20	5,18	R\$ 103,60	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	100	11,08	R\$ 1.108,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumina Ogritico	kg	100	10,04	R\$ 1.004,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	70	8,00	R\$ 560,00	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	50	8,44	R\$ 422,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	40	5,40	R\$ 216,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arcelita Ogritico	kg	100		R\$ 1.780,00		100,00		0,00		0,00		0,00		0,00

Order #	85-11-2009-002
Seller	

Sulda

195 JULY 1965

Sulda

Microrio	R\$	2,10	3,18	60,78,00	0,00	2,00,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	1,00	8,51	1,276,50	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	400	24,02	61,95,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	1,000	5,17	41,70,00	0,00	1000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	0,00	25,71	2071,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	100	24,09	284,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	50	6,54	171,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	25	14,76	442,80	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	30	8,59	247,50	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	10	4,19	124,50	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Microrio	R\$	100	24,09	284,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 30.914,20
Sódo R\$ 30.914,20

TOTAL (1) RECEIT TOTAL (2) DESPES TOTAL (3) IMPOSTO TOTAL (4) RECEIT TOTAL (5)

TOTAL	ATE ACORDA	PARTE
R\$ 30.914,20	R\$ 30.914,20	R\$ 30.914,20



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.

CERTIFICO, para fins de direito, sob as penas da lei, que para compor o valor médio dos itens a serem licitados foi realizada pesquisa de mercado realizada em cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, mercado regional e também junto à Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Para a formação de preço dos produtos orgânicos, considerou-se o acréscimo de 30% ao valor médio dos produtos não orgânicos.

Neste processo licitatório os orçamentos foram realizados entre 02/12/2025 e 17/12/2025.

Certifico, ainda:

- a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;
- b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa, aliado a questões de logística (distância do fornecedor em relação ao comprador);
- c) o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação;
- d) que os fornecedores consultados encaminharam orçamento.

Mercedes – PR, 20 de janeiro de 2026

JUCIANE

BRUM:00412221993

Assinado de forma digital por

JUCIANE BRUM:00412221993

Dados: 2026.01.20 16:23:54 -03'00'

Juciane Brum

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**TERMO DE REFERÊNCIA**
(Processo Administrativo nº.....)**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDI n.º 06/2020, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	464373	Kg	50	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	464373	Kg	50	7,79	389,50
03	Abacaxi	464374	Kg	30	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	464374	Kg	240	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotian	463748	Kg	70	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotian Orgânica	463748	Kg	170	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	463746	Kg	80	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	463746	Kg	160	5,99	958,40
09	Abobrinha Menina	463751	Kg	40	5,58	223,20
10	Abobrinha Menina Orgânica	463752	Kg	260	7,25	1.885,00
11	Acelga	463818	unid	300	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	463818	unid	30	10,49	314,70
13	Acerola	464340	Kg	50	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	464340	Kg	280	14,33	4.012,40
15	Alface	463830	Kg	100	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	463845	Kg	150	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	463938	Kg	80	44,73	3.578,40
18	Amora	464456	Kg	30	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	464456	Kg	120	26,81	3.217,20
20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã Orgânica	464376	Kg	350	11,65	4.077,50
22	Banana Nanica	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nanica Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464435	Kg	50	6,79	339,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00



30	Bolacha caseira	464340	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Peixe	464340	Kg	1000	25,38	25.380,00
32	Bolo	609218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída 2"	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânico	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço 150g	60	3,32	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço 150g	120	4,32	518,40
45	Cuca Alemã	461692	kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Húngara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de frutas	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipira	447587	Kg	800	28,35	22.680,00
51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00
53	Limão	464399	Kg	60	4,14	248,40
54	Limão Orgânico	464399	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00
56	Mamão Formosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Mamão Formosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Mandioca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Mandioca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464410	Kg	100	7,25	725,00
61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Maracujá Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de lasanha	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

52

Ass.

64	Mel	413364	Kg	80	34,69	2.775,20
65	Melado	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Melão amarelo Orgânico	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde Embalado	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und.	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	456046	Und.	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	45,79	3.663,20
71	Pão (colorido, milho, caseiro)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Peixe (Filé de Tilápia)	448955	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Pepino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Pepino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Pêssego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Quiabo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Quiabo Orgânico	609440	Kg	40	19,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tempero Verde	615267	Maço 150g	120	4,15	498,00
82	Tempero Verde Orgânico	615267	Maço 150g	200	5,40	1.080,00
83	Tomate Orgânico	609442	Kg	500	11,53	5.765,00
84	Vagem	463794	Kg	20	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	463794	Kg	60	23,08	1.384,80

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do instrumento de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação, conforme atestado pela secretaria demandante em sede de Estudo Técnico Preliminar.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

1.5. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, hipótese que se aplicam ao mesmo, independentemente de transcrição, as regras previstas na minuta do instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os alimentos devem ser entregues conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, seguindo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em consideração a sazonalidade;

4.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo;

4.3. As entregas devem ser realizadas junto ao Paço Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou diariamente, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional;

4.4. Abaixo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços:
Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha

Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.

Escola Rural Municipal José de Alencar

Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.

CMEI Passinhos do Saber

Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.

Escola Municipal Cantinho Feliz

Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Escola Municipal Tiradentes

Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

4.5. É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de manchas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

seguro dos alimentos;

4.6. Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária – SIM;

4.7. Os panificados devem apresentar a licença sanitária;

4.8. Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado;

4.9. As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos estudantes;

4.10. Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega do objeto se dará de acordo com o Cronograma de Entrega anexo, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, ou diretamente nas escolas atendidas, listadas a seguir:

Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha

Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.

Escola Rural Municipal José de Alencar

Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.

CMEI Passinhos do Saber

Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.

Escola Municipal Cantinho Feliz

Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Escola Municipal Tiradentes

Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

5.4. No caso de produtos perecíveis, considerando que se trata de itens in natura da agricultura familiar, deverão, na data da entrega, estar frescos e próprios para consumo, conforme padrões sanitários vigentes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

**Estado do Paraná**

(Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita



Estado do Paraná

execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.9.16. outras atividades compatíveis com a função.

6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.10.6. a satisfação do público usuário.

6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.14.2. Analisar os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que



Estado do Paraná

trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas sancionadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.2. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal nº 043, de 24 de março de 2023.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados



Estado do Paraná

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Chamada Pública, seguida de procedimento de dispensa de licitação, regida pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 6/2020.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade das unidades educacionais.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

f) Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das alíneas "b" a "e" do item 8.8, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, ou, ainda, outros documentos estabelecidos em competente regulamento, nos termos do art. 2º, 3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.23. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I – Para Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Física ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).

II – Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física (Declaração de Aptidão ao Pronaf) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e



f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).

III – Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica ou CAI para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- f) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- g) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- h) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- i) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas).

8.26. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em:

- a) original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, mediante a exibição dos originais antes da entrega do envelope; ou
- d) publicação em órgão da imprensa oficial.

8.27. Juntamente com os documentos acima relacionados, deve ser apresentado o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, contendo:

- a) Nome completo ou razão social, endereço completo, CPF e RG, ou CNPJ, assim como número de telefone e endereço eletrônico, para contato;
- b) Identificação da Chamada Pública;
- c) Ser datada e assinada pelo responsável/interessado(s);
- d) Conter descrição completa, detalhada e precisa do objeto que se pretende fornecer;
- e) Conter valor unitário e valor total do objeto/item ao qual se refere a proposta, conforme o objeto deste Edital.

8.28. No envelope deverá constar a identificação do licitante, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE: CHAMADA PÚBLICA Nº xxx/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA

PROPONENTE:

8.29. Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.



10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Considerando a baixa complexidade do objeto, que se trata de simples aquisição, restou dispensada a elaboração da análise de riscos, não obstante tenha sido a contratação precedida de Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - E.A.N.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cercá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos n.º 22/2003 – Plenário; n.º 1.094/2004 – Plenário e n.º 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

IV) O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

V) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

VI) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de bens comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

VII) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer os bens, objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 20 de janeiro de 2026.

Camila Andressa Beyer
Assistente Administrativa



Estado do Paraná

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA EFEITO DE HABILITAÇÃO

Licitação:

Objeto:

A empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX, sediada XXX, através de seu representante, Sr(a). XXX, CPF número XXX, RG número XXX, **declara** sob as penas da lei que:

a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o Município de Mercedes-PR, bem como não se encontra declarada inidônea por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;

b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) Não está enquadrada nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal Nº 14.133/2021;

e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

h) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) (☐) Sim, estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação, assim como em atendimento ao disposto nos § 2º e § 3º do art. 4 da Lei 14.133/2021, declaramos que no ano-calendário de realização deste processo ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

j) (☐) Não estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados.

_____, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

Assinatura do Responsável Legal da Proponente
(nome legível/cargo)

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

CERTIFICO que o Termo de Referência – TR, relativo à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, a partir do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 20 de janeiro de 2026

JUCIANE

BRUM:00412221993

Assinado de forma digital por

JUCIANE BRUM:00412221993

Dados: 2026.01.20 16:39:01 -03'00'

Juciane Brum

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 001/2020

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

ENTIDADE PROMOTORA: Município de Mercedes
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura

1. PREÂMBULO

O Município de Mercedes, Estado do Paraná, pela Secretaria Planejamento, Administração e Finanças, através do Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº XXX/20XX, conforme Portaria XXX/20XX, com a devida autorização expedida pelo Sr. Ivoilton Weber, Prefeito Municipal, exarada em XXX/20XX e de conformidade com os termos da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/PNDE 6/2020, e demais legislação aplicável, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de XX de Janeiro de 2020, a 27 de fevereiro de 2020, no horário de expediente, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na Prefeitura do Município de Mercedes, localizada à Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555, centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo I deste Edital.

2.2. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao Município de Mercedes, definidos no Anexo I deste Edital, poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substituídos estejam na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico - RT, que poderá cooptar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação Fornecedores Individuais, Grupos Informais de Agricultores Familiares e Grupos Formais de Agricultores Familiares, de acordo com o capítulo V da Resolução PNDE nº 06/2020, que atendam plenamente os requisitos de habilitação, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital, atendendo as exigências estabelecidas no mesmo.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.375/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 1



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 001/2020

3.2. A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata esta chamada pública, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.

4. HABILITAÇÃO:

4.1. No envelope nº 1, os fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais deverão apresentar a documentação para habilitação, composta da seguinte forma:

4.1.1. Para Fornecedores Individuais, detentores de CAF Fixo, não organizados em grupo:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
b) Extrato da CAF Fixo (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

c) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (modelo constante do Anexo VI);

d) Declaração do proponente de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;

e) prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normativas específicas, caso fur o caso.

4.1.2. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);

b) Extrato da CAF Fixo (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

c) Declaração, de cada agricultor, que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda (modelo constante do Anexo VI);

d) Declaração, de cada agricultor, que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;

e) prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normativas específicas, caso fur o caso

f) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.375/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 2



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

4.1.3. Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

a) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Extrato do CAF Jurídico (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) jurídica para associações e cooperativas, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PCJ nº 1.751, de 02/10/2014;

e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores associados/cooperados (modelo constante do Anexo VI);

g) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;

h) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo VII);

i) prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normativas específicas, caso for o caso;

j) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II)

OBS. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Município a abertura de prazo para regularização.

4.2. Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data de emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

4.3. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.4. A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este procedimento, constitui documento hábil para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante.

4.5. A proposta deverá ser protocolada no horário de expediente, junto a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

4.6. O envelope contendo a documentação para habilitação conterá na parte externa as seguintes indicações:

MUNICÍPIO DE MERCEDES
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026
ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROponente:
CNPJ/CPF

5. PROJETOS DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

5.1. No envelope nº 2, os fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme as disposições a seguir:

5.1.1. Para Fornecedores Individuais, não organizados em grupo:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo III), assinado pelo agricultor participante;

5.1.2. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo IV), elaborado conjuntamente e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;

5.1.3. Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo IV), assinado pelo representante legal da Cooperativa/Associação participante;

Pag. 40

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 01/2026

5.2. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CNPJ e o número do CAF Físico de cada agricultor familiar fornecedor, quando se tratar de fornecedor individual ou grupo informal, e o CNPJ e CAF Jurídica da organização produtiva quando se tratar de grupo formal.

5.3. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido prazo para sua regularização de até 5 (cinco) dias úteis, conforme análise do Agente de Contratação.

5.4. Os envelopes contendo o projeto de venda estarão na parte externa as seguintes indicações:

MUNICÍPIO DE MERCEDES
CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2026
ENVELOPE N.º 2 – PROJETO DE VENDA
PROPONENTE:
CNPJ/CPF

6. ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

6.1. As propostas apresentadas serão apreciadas pela Comissão Permanente de Licitações no dia XX de Junho de 2026 a 22 de fevereiro de 2026, realizando a avaliação e aprovação da documentação, obedecendo a ordem em que foram protocoladas.

6.2. Os interessados poderão acompanhar a sessão para abertura das propostas, ou fazer-se representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada, em instrumento escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja conferido poderes para tal.

6.2.1. No caso de representação o procurador ou a pessoa credenciada deverá apresentar o instrumento que o habilita para representar, antes do início dos trabalhos do Agente de Contratação.

6.3. Da sessão realizada para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas do Agente de Contratação, serão lavrados atos circunstanciados.

6.4. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do País.

6.5. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 01/2026

II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o do Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do País;

IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País;

6.6. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%-1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação no(s) CAF(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no 1 deste item, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação no(s) CAF(s).

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a CAF);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no inciso III desse item, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme CAF Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

Pág. 16

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 01/2026

6.7. Caso a lícita não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.4 e 6.5.

6.8. A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata esta chamada pública, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.

7. RECURSOS, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO:

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação do proponente, a anulação ou revogação da chamada pública, observará o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lastrum da aut.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevier a decisão final da autoridade competente.

7.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 17:30h e das 13:00h às 17:00h.

7.10. Uma vez proferido o julgamento pelo Agente de Contratação e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento de

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3256-8000 – CEP 86988-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 17



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 01/2026

eventuais recursos interpostos, o referido julgamento será encaminhado à autoridade competente para a devida deliberação e homologação.

7.11. Homologado o procedimento, será o fornecedor convocado para assinar o termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.

8. REGIME DE EXECUÇÃO:

8.1. A credenciada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009 e Resolução CDPNDE nº 6/2020, observando o cronograma de entrega (Anexo II).

9. PAGAMENTO E REAJUSTES:

9.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 dias da data do fornecimento e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

9.1.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

9.2. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

9.3. O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e quando assim não for possível, por meio de cheque nacional. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

9.4. O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente chamada pública correrá por conta dos recursos da dotação orçamentária.

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - E.A.N.

Elemento de despesas: 333903205

Fonte de recursos: 1042, 107, 505, 104

9.5. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Anu/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Anu/Ente.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3256-8000 – CEP 86988-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 18

Page 18

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

II - Para a comercialização com grupos fixados o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na CAF jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na CAF jurídica x R\$ 40.000,00

10. PENALIDADES:

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;
- 10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quitado;
- 10.1.2.1. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.2. deixar de apresentar amostra, ou
- 10.1.2.3. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento ou prestar declaração falsa durante a chamada pública;
- 10.1.5. fraudar a chamada pública;
- 10.1.6. comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento;
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, garantida a prioridade de defesa, aplicar aos proponentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades cíveis e criminais:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar;

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes do punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as circunstâncias do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a inculpação ou o apuramento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato/proposta, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato/proposta.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato/proposta.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de



Município de Mercedes Estado do Paraná



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 20/2021

licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.13, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeito às penalidades.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Edital de Chamada Pública nº 20/2026

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ao protocolado no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do procedimento.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os interessados em adquirir licenças deste Edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante recolhimento do respectivo custo de reprodução gráfica, na forma do Decreto nº 007/2021, sendo gratuito o seu fornecimento por correio eletrônico ou por gravação em mídia removível disponibilizada pelo interessado, desde que, por esse solicitado. Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, gratuitamente, através da página oficial do Município de Mercedes na internet, no endereço eletrônico: <https://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php>.

12.2. Para os casos omissos na presente Chamada Pública, prevalecerão os termos da Lei nº 11.947/2009, da Resolução CD/NDI 6/2020, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações em vigor.

12.3. Todas as alterações ou promulgações da Chamada Pública serão publicadas na forma da Lei.

12.3. Fica o proponente ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta de vendas implicará na aceitação das condições estabelecidas nesta Chamada Pública.

12.4. O objeto será recebido e selado após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado caso descenda as especificações exigidas.

12.4.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

12.5. A licitante credenciada responderá pelos danos que causar à Administração ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

12.6. As normas disciplinadoras da Chamada Pública serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta o certame, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, sem comitê adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas de Vendas e Documentos de Habilitação.

12.8. O Município de Mercedes poderá revogar o presente edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a sua anulação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência.
- Anexo II – Estudo Técnico Preliminar.
- Anexo III – Documento de Formalização de Demanda.
- Anexo IV – Modelo de declaração unificada para efeito de habilitação.
- Anexo V – Cronograma de entrega dos alimentos.
- Anexo VI – Projeto de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.
- Anexo VII – Modelo de Declaração de Idoneidade.
- Anexo VIII – Declaração de origem dos produtos.
- Anexo IX – Declaração do representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda.
- Anexo X – Minuta do contrato.

Mercedes – PR, XX de janeiro de 2026

Larerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº _____)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 06/2020, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	50	Kg	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	30	Kg	7,79	233,70
03	Abacaxi	30	Kg	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	240	Kg	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotian	70	Kg	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotian Orgânica	170	Kg	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	80	Kg	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	160	Kg	5,99	958,40
09	Abobrinha Menina	40	Kg	5,58	223,20
10	Abobrinha Menina Orgânica	260	Kg	7,25	1.885,00
11	Acelga	300	unid	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	30	unid	10,49	314,70
13	Acerola	50	Kg	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	280	Kg	14,33	4.012,40
15	Alface	100	Kg	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	150	Kg	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	80	Kg	44,73	3.578,40
18	Amora	30	Kg	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	120	Kg	26,81	3.217,20



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 02026

20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã	464376	Kg	350	11,65	4.077,50
22	Banana Nanica	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nanica Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464435	Kg	50	6,79	339,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00
30	Bolacha caseira	464340	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Peixe	464340	Kg	1000	24,38	24.380,00
32	Bolo	609218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (pateta, traseiro, bcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânico	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço 150g	60	3,22	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço 150g	120	4,32	518,40
45	Cuca Alana	461692	kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Húngara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de leite	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipim	447587	Kg	800	28,35	22.680,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3256-8000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 116



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 02026

51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00
53	Limão	464369	Kg	60	4,14	248,40
54	Limão Orgânico	464369	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00
56	Macarrão Formosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Macarrão Formosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Mandioca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Mandioca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464450	Kg	100	7,25	725,00
61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Margarida Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de leitelho	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00
64	Mel	413364	Kg	80	31,69	2.535,20
65	Molho	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Molho amarelo Orgânico	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde Embalado	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und.	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	450046	Und.	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	43,79	3.503,20
71	Pão (colado, milho, cascio)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Peixe (File de Tilápia)	448945	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Pepino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Pepino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Pêssego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Quiabo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Quiabo Orgânico	609440	Kg	40	39,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tensipero Verde	615267	Maço 150g	120	4,15	498,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3256-8000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 116



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
82	Tempero Verde Orgânico	200 Kg	5,40	1.080,00
83	Tempero Orgânico	500 Kg	11,53	5.765,00
84	Vagem	20 Kg	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	60 Kg	23,08	1.384,80

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATHARTICATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadrará como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do instrumento de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, atestando a necessidade da realização de novo, minucioso e caro procedimento de contratação, conforme atestado pela secretaria demandante em sede de Estado Técnico Preliminar.

1.5. O contrato, tal como assinado, há que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, hipótese que se aplicam ao mesmo, independentemente de transcrição, as regras previstas na minuta do instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/aplica/93710373000123/2026>
Data de publicação no PNCP: 29/03/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os alimentos devem ser atrelados conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, segundo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3286-8000 – CEP 85898-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 17



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

consideração a sazonalidade;
4.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo;

4.3. As entregas devem ser realizadas junto ao Papi Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou diariamente, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional;

4.4. Abaixo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços: Escola Rural Municipal Casiano Munhoz da Rocha
Endereço: Marechal Cândido Rondon, nº 477 - Distrito Arroio Guaspa, Mercedes.

Escola Rural Municipal José de Alencar
Endereço: Avenida Willy Barth, nº 560 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.

CMEI Passinhos do Sítio
Endereço: Rua Roma, nº 680 - Bairro Laranjeiras Groff, Mercedes.

Escola Municipal Caminho Feliz
Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Escola Municipal Tiradentes
Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

4.5. É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de marinhas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento seguro dos alimentos;

4.6. Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária – SIM;

4.7. Os produtos devem apresentar a etiqueta sanitária;

4.8. Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado;

4.9. As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos estudantes;

4.10. Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente;

Subcontratação
4.11. Não é admitida a subcontratação da objeto contratual.

Garantia da contratação
4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estado Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO Condições de Entrega

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3286-8000 – CEP 85898-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 18



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

5.1. A entrega do objeto se dará de acordo com o Cronograma de Entrega anexo, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, ou diretamente nas escolas atendidas, listadas a seguir:

Escola Rural Municipal Caetano Mambor da Rocha

Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Agrário Guaçu, Mercedes

Escola Rural Municipal José de Alencar

Endereço: Avenida Welly Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes

CMEJ Passinhos do Saber

Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Locamento Groff, Mercedes

Escola Municipal Carlinho Feliz

Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes

Escola Municipal Tiradentes

Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes

5.4. No caso de produtos perecíveis, considerando que se trata de itens de natureza da agricultura familiar, deverão, na data da entrega, estar frescos e próprios para consumo, conforme padrões sanitários vigentes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia e aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, ocorridas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, adotando-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser tomadas de imediato.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85958-000 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 19



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos escamentos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal do contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos custos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. emitir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder às averbações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direto ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou de próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas no

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85958-000 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 20

Pag. 18

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 7/2026

cureça dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.9.13. receber das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de prevenção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.9.16. outras atividades compatíveis com a função;

6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumento de controle, que compreenderá a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.10.6. a satisfação do público usuário.

6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e necessárias, se for o caso;

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.14.2. Analisar os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata o alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de

Rua Dr. Cassiano Cruz, 555 – Fone/Fax (41)258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 21



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 7/2026

aprimoramento das atividades da Administração;

6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.8. Prestar o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função;

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pela fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento previsto, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a atenuação do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de ocorrência sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do

Rua Dr. Cassiano Cruz, 555 – Fone/Fax (41)258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 22

Pág. 49

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, no fim desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a atenuação do atendimento das exigências contratuais.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar, e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias efetivas.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratado.

7.10.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta nos sites eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.2. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível prazo que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatado-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inobservância do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuada, para que sejam adotados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contrada em todos as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal nº 043, de 23 de março de 2023.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularizará optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é o IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostos na citada norma, conforme o caso. Embora o IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Chamada Pública, seguida de procedimento de dispensa de licitação, regida pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 6/2020.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade das unidades educacionais.

Exigências de habilitação

8.3 Previantemente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual desumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Insolventes e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/cnecp>);
- Cadastro Nacional de Condições Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.br/improbidade_administrativa);
- Lista de Inabilitados e o Cadastro Integrado de Condições por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e
- Lista de Inapeliáveis de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das alíneas "b" e "e" do item 8.3, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidaoappf.apps.tcu.gov.br/>).

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do Interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele apresentados.

8.9 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 25

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CER/PGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação Jurídica

8.14 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15 Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/cnpj/empresadador>;

8.17 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLL ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.19 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde operam, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.21 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprova, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1997;

8.22 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, ou, ainda, outros documentos estabelecidos em competente regulamento, nos termos do art. 2º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.23 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3258-4000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 26

Pag.

81

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

8.24 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25 Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inutilização:

I – Para Forecedores Individuais, detentores de DAP Física, são organizados em grupo:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da Declaração de Atribuição ao Pronaf – DAP Física ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAFE do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos da produção própria, relacionada ao projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).

II – Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física (Declaração de Atribuição ao Pronaf) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).
- g) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

III – Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares

Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica ou CAF para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- f) declaração da sua representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- g) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- b) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3236-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 127



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

1) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas);

2) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

8.26 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em:

- a) original; ou
- b) cópia autenticada por cartório, ou
- c) cópia notariada por servidor da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, mediante a exibição dos originais antes da entrega do envelope, ou
- d) publicação em órgão de imprensa oficial.

8.27 Juntamente com os documentos acima relacionados, deve ser apresentado o Projeto de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, contendo:

- a) Nome completo ou razão social, endereço completo, CPF e RG, ou CNPJ, assim como número de telefone e endereço eletrônico, para contato;
- b) Identificação da Chamada Pública;
- c) Ser datada e assinada pelo responsável/interessado(s);
- d) Conter descrição completa, atualizada e precisa do objeto que se pretende fornecer;
- e) Conter valor unitário e valor total do objeto/tema ao qual se refere a proposta, conforme o objeto deste Edital.

8.28 No envelope deverá constar a identificação do lote/tema, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE: CHAMADA PÚBLICA Nº XXX/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 e à Resolução FNDE nº 06/2020.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA

PROPOSTA

8.29 Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – O custo estimado total da contratação é de R\$ 556.803,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS

10.1 – A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal nº 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal nº 042/2023, com base na seguinte hipótese:

- () I – nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanejamento de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Pag. 82	Ass.
------------	----------

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3236-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 128



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

I - III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afetar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, e que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

I X - IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1 - Considerando a baixa complexidade do objeto, que se trata de simples aquisição, restou dispensada a elaboração da análise de riscos, não obstante tenha sido a contratação precedida de Estudo Técnico Preliminar.

II. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação deverão ser com recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
(02.005.12.306.0004.2018 - Gestão da Alimentação Escolar - E.A.N.

Elemento de despesa: 339030205

Fonte de recurso: 1042, 107, 503, 104

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante esponsamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União - TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isso porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a consorciência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cercá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 2.220/03 - Plenário; nº 1.094/2004 - Plenário e nº 2.295/2005 - Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

- I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente concorrentes entre si, acordassem para participar da licitação;
- III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

nessa apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

IV) O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

V) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercar a concorrência;

VI) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de bens comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

VII) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer os bens, objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 20 de janeiro de 2026.

Camilla Andressa Beyer
Assistente Administrativa

Pag. 83

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

APÊNDICE A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em conformidade com a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução ENDE nº 05/2021.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria de Educação e Cultura
Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudar detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021)

Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar expira em 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças.

Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o art. 29 da Resolução ENDE nº 05, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo ENDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 31



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio da disputa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar.

Resalta-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto na Lei nº 13.226/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será ampliado para 45% dos recursos financeiros repassados pelo ENDE, no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, contribui para a melhoria da qualidade da alimentação ofertada nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrícola sustentável.

Por fim, destaca-se que para garantir transparência e eficiência no processo, foram obtidos arranjos de diversos fontes, incluindo cooperativa de município vizinhos, produtores locais, feiras de produtores, o mercado regional e também da Associação de Produtores Originários de Mercedes. Esses arranjos foram utilizados para estabelecer a média de preços dos itens necessários para a composição da chamada pública destinada à Merenda Escolar.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA: 06/PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/85719373000123/2026>
Data de publicação no PNCP: 29/05/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

Os alimentos devem ser entregues conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, seguindo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em consideração a sazonalidade.

A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo. As entregas devem ser realizadas junto ao Pólo Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou dias anteriores, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional.

Anexo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 32



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

- Escola Rural Municipal, Caetano Munhoz da Rocha
 - Escola Rural Municipal, Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guasu, Mercedes.
 - Escola Rural Municipal, José de Alencar
 - Escola Rural Municipal, Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.
 - CMEI Passinhos do Saber
 - Escola Municipal, Cássio Feliz
 - Escola Municipal, Rua Raura, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.
 - Escola Municipal, Rua Luiz Lorenzoni, nº 3873 - Bairro Centro, Mercedes.
 - Escola Municipal, Tiradentes
 - Escola Municipal, Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes
- É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de manchas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento seguro dos alimentos.
- Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária - SIN.

Os produtos devem apresentar a licença sanitária.

Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado.

As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e a saúde dos estudantes.

Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente.

4. - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que consistem em interdições com outros contratos, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se omissa ou especial, define a modalidade da licitação e o prazo de publicação do edital. A classificação do fornecimento em contínuo e não contínuo, por seu turno, define as regras aplicáveis à vigência da contratação.

As estimativas de quantidades para a contratação foram estabelecidas com base nas refeições previstas nos cardápios da rede municipal de ensino. Além disso, foram consideradas as contratações anteriores realizadas pela Administração para o mesmo fim, bem como o número de alunos matriculados. Com essas informações, foi feita uma análise para assegurar que as quantidades necessárias estivessem adequadas.

Essas quantidades devem ser estimadas levando em conta o cardápio, o número de alunos, a modalidade de ensino (parcial ou integral) e o histórico de demandas anteriores. Devem ser utilizadas estatísticas, regressões ou projeções da utilização durante o período de contratação.

Indique os quantitativos:

Item	Produto	Und	Quantidade
1.	Abacate	Kg	50

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/fax (41)3255-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Produto	Und	Quantidade
2.	Abacate Orgânico	Kg	50
3.	Abacaxi	Kg	30
4.	Abacaxi Orgânico	Kg	240
5.	Abóbora Caboclin	Kg	70
6.	Abóbora Caboclin Orgânico	Kg	170
7.	Abóbora Moranga	Kg	80
8.	Abóbora Moranga Orgânico	Kg	160
9.	Abobrinha Mexicana	Kg	40
10.	Abobrinha Mexicana Orgânica	Kg	260
11.	Acelga	und	300
12.	Acelga Orgânica	und	30
13.	Acevola	Kg	50
14.	Acerola Orgânica	Kg	280
15.	Alface	Kg	100
16.	Alface Orgânica	Kg	150
17.	Alho Orgânico	Kg	80
18.	Amora	Kg	30
19.	Amora Orgânica	Kg	120
20.	Banana maçã	Kg	200
21.	Banana maçã Orgânica	Kg	350
22.	Banana Nanica	Kg	100
23.	Banana Nanica Orgânica	Kg	250
24.	Banana Doce	Kg	300
25.	Banana Doce Orgânica	Kg	110
26.	Bergamota	Kg	50
27.	Bergamota Orgânica	Kg	250
28.	Beterraba	Kg	30
29.	Beterraba Orgânica	Kg	600
30.	Bolacha caseira	Kg	1100
31.	Bolinho de Peixe	Kg	1000
32.	Bolito	Kg	1800
33.	Brócolis	Kg	350
34.	Brócolis Orgânico	Kg	250
35.	Carne de gado moída 2ª	Kg	1100
36.	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	1050
37.	Cebola Orgânica	Kg	30
38.	Cenoura Orgânica	Kg	800
39.	Chuchu	Kg	40

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/fax (41)3255-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 34

Pag. 85

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Produto	Und	Quantidade
40.	Chuchu Orgânico	Kg	160
41.	Couve Flor	Kg	300
42.	Couve flor orgânico	Kg	30
43.	Couve folha	Maço 150g	60
44.	Couve folha Orgânica	Maço 150g	120
45.	Casa Alente	kg	520
46.	Casa Húngara	kg	520
47.	Doce de leite	kg	100
48.	Fenão	kg	80
49.	Fenão Orgânico	kg	350
50.	Frango Capim	kg	800
51.	Laranja	kg	450
52.	Laranja Orgânica	kg	300
53.	Limão	kg	60
54.	Limão Orgânico	kg	120
55.	Macarrão	kg	1750
56.	Mandioca	kg	50
57.	Mandioca Formosa Orgânica	kg	350
58.	Mandioca	kg	600
59.	Mandioca Orgânica	kg	600
60.	Manga	kg	100
61.	Manga Orgânica	kg	200
62.	Margarida Orgânica	kg	80
63.	Massa de biscoito	kg	1750
64.	Mel	kg	80
65.	Melado	kg	60
66.	Melão amarelo Orgânico	kg	30
67.	Milho Verde Embalado	kg	90
68.	Milho Verde Embalado Orgânico	UNIT	60
69.	Mini pizza	Und	7000
70.	Morango Orgânico	kg	80
71.	Polu (colitrado, milho, caseim)	kg	800
72.	Pão caseiro Integral	kg	800
73.	Peixe (Filé de Tilápia)	kg	320
74.	Pepino	kg	60
75.	Pepino Orgânico	kg	60
76.	Pêssego	kg	100
77.	Quiabo	kg	60
78.	Quiabo Orgânico	kg	40
79.	Repolho	kg	500

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fonefax (41)3258-9000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 35



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Produto	Und	Quantidade
80.	Repolho Orgânico	kg	450
81.	Tempero Verde	Maço 150g	120
82.	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	200
83.	Tomate Orgânico	kg	500
84.	Vagem	kg	20
85.	Vagem Orgânica	kg	60

Classificação dos bens/serviços:

(X) Comuns. () Especiais.

(X) Continuação. () Não continuado.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e quantidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

(X) Plurianual. () Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prerrogativas sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Considerando que o art. 14 da Lei nº 11.947/09 determina que "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FND, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser aplicados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se as associações da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres".

Considerando ainda que o art. 24 da Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020 prevê que a aquisição dos gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por Dispensa de Licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar, verifica-se que a realização do presente processo é a única solução viável identificada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fonefax (41)3258-9000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 36



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

consular de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação em 1º de maio de 2021.

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais).

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado realizada em cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, mercado regional e Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Para a formação de preço dos produtos orgânicos, considerou-se o acréscimo de 30% no valor médio dos produtos não orgânicos.

Metodologia utilizada: Redução de meio entre os valores cotados para cada item.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionais à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Aquisição de alimentos da agricultura familiar, através de Chamada Pública, servindo as necessidades da Secretaria de Educação, bem como em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 e à Resolução FNDE nº 06/2020 e eventuais alterações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não se aplica.

Com relação à forma de fornecimento, a entrega das merendas oriundas da agricultura familiar de forma parcelada nas escolas municipais de Mercedes/PR justifica-se, primeiramente, pela necessidade de garantir a qualidade, frescor e segurança alimentar dos gêneros fornecidos aos alunos. Por se tratar, em sua maioria, de produtos in natura ou minimamente processados, o fracionamento das entregas reduz o tempo de armazenamento, evitando perdas, deterioração e desperdício de alimentos.

Nesse contexto, destaca-se que o cronograma de fornecimento dos gêneros da agricultura familiar será orientado por tabela específica de entregas parceladas, elaborada com base na natureza de cada alimento, sua perecibilidade, sazonalidade e volume de consumo nas unidades escolares. Referida tabela definirá a frequência, quantidade e período de entrega de cada item, possibilitando maior controle, previsibilidade e eficiência no abastecimento das escolas, bem como facilitando o planejamento logístico dos produtores familiares envolvidos.

Além disso, a entrega parcelada contribui para uma melhor organização logística e operacional das unidades escolares, que possuem espaços limitados para estocagem, nem sempre adequados para grandes volumes de alimentos perecíveis. Dessa forma, assegura-se o melhor acondicionamento dos produtos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Outro fator relevante é a adequação do fornecimento ao cardápio escolar, permitindo ajustes conforme o consumo real dos alunos, o calendário letivo e eventuais alterações nutricionais planejadas pelo setor responsável. Isso proporciona maior eficiência na utilização dos recursos

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-9000 – CEP 85958-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página 137



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

públicas e garante o atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, a entrega parcelada fortalece a agricultura familiar local, possibilitando aos produtores um planejamento mais equilibrado da produção, colheita e distribuição, respeitando a sazonalidade dos alimentos e promovendo a sustentabilidade econômica dos agricultores do município e região, ao mesmo tempo em que assegura a regularidade do abastecimento das escolas municipais.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

O processo de Chamamento Público é importante para cumprir a Lei Federal nº 11.947/2009, a Resolução FNDE nº 06/2020 e a Lei nº 15.226/2025, além de dar continuidade nas aquisições de alimentos para a merenda escolar municipal em 2024 e início de 2025.

Ademais, objetiva-se atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual. (Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas a/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não há contratações correlatas e interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para descarte e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processadas por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-9000 – CEP 85958-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página 138



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 02026

utilização do registro de preços previsto nos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.
(N) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.
Deverá a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços, os quantitativos foram estimados com base na necessidade extra de utilização por parte da Administração, tornando desnecessária a adoção do sistema de registro de preços.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Diante do exposto, declara-se ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência do ato e das providências cabíveis.

Essa análise técnica preliminar foi realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 para aquisição de gêneros alimentícios do município de Mercedes/PR.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 19 de dezembro de 2025.

Juciane Bruhn
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 39



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 02026

Ass.

APÊNDICE B DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes
Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Educação e Cultura
Responsável pela Elaboração do Documento: Juciane Bruhn
E-mail: educamercedes@aluno.com.br Telefone: (45) 3256-8010
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 06/2020.
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar expirou em 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças. Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com o art. 29 da Resolução FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar. Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 40



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Resolva-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto no Lei nº 15.276/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será ampliado para 4,9% dos recursos financeiros repassados pelo FND no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, constitui para a melhoria da qualidade da alimentação oferecida nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrícola sustentável.

3. Tipo de Item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	464373	Kg	50	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	464373	Kg	50	7,79	389,50
03	Abacaxi	464374	Kg	30	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	464374	Kg	240	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotium	463748	Kg	70	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotium Orgânica	463748	Kg	170	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	463746	Kg	80	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	463746	Kg	160	5,99	958,40
09	Abobrinha Marinha	463751	Kg	40	5,58	223,20
10	Abobrinha Marinha Orgânica	463752	Kg	260	7,25	1.885,00
11	Acelga	463818	unid	300	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	463818	unid	30	10,49	314,70
13	Acerola	464340	Kg	50	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	464340	Kg	280	14,33	4.012,40
15	Alface	463830	Kg	100	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	463845	Kg	150	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	463938	Kg	80	44,73	3.578,40
18	Amora	464456	Kg	30	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	464456	Kg	120	26,81	3.217,20
20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã Orgânica	464376	maçã	350	11,63	4.075,50

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 855 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 41



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

22	Banana Nativa	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nativa Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464433	Kg	80	6,79	539,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00
30	Bolacha caseira	464540	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Fritar	464540	Kg	1000	25,38	25.380,00
32	Bolo	469218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída 7*	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânica	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço	60	3,32	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço	120	4,32	518,40
45	Cuca Alemã	461692	Kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Hungara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de leite	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipira	447587	Kg	800	28,35	22.680,00
51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 855 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página 42



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 002/2026

53	Lamão	464399	Kg	60	4,14	248,40
54	Lamão Orgânico	464399	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00
56	Macarrão Tomatosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Macarrão Tomatosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Macadoca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Macadoca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464410	Kg	100	7,25	725,00
61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Miraculim Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de lasanha	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00
64	Mel	413364	Kg	80	34,69	2.775,20
65	Melão	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Melão amarelo	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	456046	Und	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	45,79	3.663,20
71	Paio (colorado, milho, caseiro)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Prato (Frango de Tiliapia)	448955	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Peperino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Peperino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Peasego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Queijo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Queijo Orgânico	609440	Kg	40	19,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tempero Verde	615267	Maço	120	4,15	498,00
82	Tempero Verde Orgânico	615267	Maço	150g		
				300g	5,40	1.080,00

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: botacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 43



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 002/2026

83	Tomate Orgânico	609442	Kg	500	11,53	5.765,00
84	Vagem	463794	Kg	20	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	463794	Kg	60	23,08	1.384,80

*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 031, de 24 de maio de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):
R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais)

5. Previsão da data desejada para a contratação: 20/01/2026

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:
() Baixa () Médio (X) Alta () Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:
() SIM – Qual:
(X) NÃO

Pag. 90

Ass.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: botacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 44



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

<p>8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos: 02.0015.12.306.0004.2018 - Gestão da Alimentação Escolar - EAS Elemento de despesa: 333903205 Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104</p>	<p>9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023): (X) SIM () NÃO Justificativa: objeto de baixa complexidade.</p>
<p>Mercedes-PR, 18 de dezembro de 2025.</p>	
<p>Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda</p>	
<p>Cliente e de acordo:</p>	
<p>Secretário da Pasta Interessada (nome):</p>	
<p>Assinatura:</p>	



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA EFEITO DE HABILITAÇÃO

Licitação:
Objeto:

A empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX, inscrita XXX, através de seu representante, Sr(a) XXX, CPF número XXX, RG número XXX, declara sob as penas da lei que:

a) Não se encontra com o Direito de Licitat suspensa perante o Município de Mercedes-PR, bem como não se encontra declarada inidônea por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;

b) Até o presente não incide nenhuma das hipóteses para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) Não está registrada nos impedimentos para diploma de licitação em execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal Nº 14.133/2021;

e) Não possui, em sua carteira profissional, empregados executando trabalho degradante ou forçado, reservando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 3º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cotação para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

h) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) Sim, estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como fazemos fisco supervalentes que conduzam ao desequilíbrio desta situação, assim como em atendimento ao disposto nos § 2º e § 3º do art. 4 da Lei 14.133/2021, declaramos que no momento da realização deste processo ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam a receita bruta mínima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

j) Sim, Não estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados.

XX de XXXXXXXXXX de XXX

Assinatura do Responsável Legal da Propositora
(nome legível/cargo)



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 002/2026

ANEXO III - CRONOGRAMA DE ENTREGA DE MERENDA - AGRICULTURA FAMILIAR

Mês		Dia		Horário		Local		Observações	
Jan		01		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		02		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		03		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		04		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		05		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		06		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		07		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		08		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		09		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		10		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		11		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		12		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		13		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		14		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		15		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		16		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		17		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		18		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		19		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		20		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		21		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		22		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		23		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		24		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		25		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		26		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		27		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		28		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		29		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		30		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		31		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		32		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		33		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		34		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		35		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		36		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		37		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		38		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		39		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		40		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		41		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		42		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		43		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		44		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		45		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		46		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		47		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		48		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		49		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		50		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		51		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		52		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		53		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		54		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		55		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		56		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		57		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		58		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		59		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		60		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		61		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		62		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		63		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		64		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		65		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		66		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		67		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		68		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		69		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		70		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		71		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		72		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		73		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		74		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		75		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		76		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		77		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		78		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		79		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		80		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		81		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		82		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		83		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		84		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		85		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			
Jan		86		08h00		Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555			

Município de Mercedes
Estado do Paraná

Município de Mercedes
Estado do Paraná

14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
D - FORNECEDOR INDIVIDUAL						
Nome do Fornecedor:			CPF:			
Endereço:			C.P.			
Nº da CAF Física			Município/UF:			
Bairro:			Fone:			
			Nº Agência	Nº Conta corrente		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FENDE/MEC						
			3. Município:			
1. Nome da Entidade						
a. Endereço:						
			5. DDD/Fone			

III - RETAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

[illegible]

Rua Dr. Ovídio Cruz, 445 – Fone/Fax (45) 3256-3000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: licenciado@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 1 de 6

[illegible]

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3255-5000 – CEP 85898-000 – Mercedes – PR
e-mail: solisaco@mercedes.pr.gov.br – CNPJ: 05.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página: 50



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº x/2026



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº x/2026

6	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
7	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
8	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
9	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3258-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: leilao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 1/51

10	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
11	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
12	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor
13	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. QtdUnit	5. RS Unit	6. RS Total	Total agricultor

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3258-8000 – CEP 85908-000 – Mercedes – PR
e-mail: leilao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.718.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 1/52

Município de Mercedes
Estado do Paraná

Município de Mercedes
Estado do Paraná

Escuela de Comando Público n° 07076

Environ Monit Assess (2008) 142:267–276

[illegible]

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3255-8000 – CEP 85959-000 – Mercedes – PR
e-mail: lotacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23

at noon in September 1999.

Digitized by Google

[illegible]TOTAL DO PROJETO
TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Qtd	2. Unidade	3. Produto	4. Preço/Unidade/Produto	5. Valor Total por
1	50	Kg. Alente		
2	50	Kg. Alente Orgânico		
3	30	Kg. Alente		
4	240	Kg. Alente Orgânico		
5	70	Kg. Alente Cubitum		
6	170	Kg. Alente Cubitum Orgânico		
7	80	Kg. Alente Maranga		
8	160	Kg. Alente Maranga Genética		

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3255-6000 – CEP 85598-000 – Mercedes – PR
e-mail: llobato@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes-pragov.be

Page 94



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 0/2026

9	kg	Abobrinha Menina	
10	260	kg	Abóbora Menina Orgânica
11	300	unid.	Acelga
12	30	unid.	Acelga Orgânica
13	50	kg	Acerola
14	280	kg	Acerola Orgânica
15	100	kg	Alface
16	150	kg	Alface Orgânica
17	80	kg	Alho Orgânico
18	30	kg	Amora
19	120	kg	Amora Orgânica
20	200	kg	Banana maçã
21	350	kg	Banana maçã Orgânica
22	100	kg	Banana Nana
23	350	kg	Banana Nana Orgânica
24	300	kg	Batata Doce
25	110	kg	Batata Doce Orgânica
26	50	kg	Bergamota
27	250	kg	Bergamota Orgânica
28	30	kg	Beterraba
29	600	kg	Beterraba Orgânica
30	1100	kg	Bolacha caseira
31	1000	kg	Bolacha de Peixe
32	1800	kg	Bolo
33	350	kg	Brócolis
34	250	kg	Brócolis Orgânico
35	1100	kg	Carne de gado picada sem osso (mole, frasseto, alcatra)
36	1050	kg	
37	30	kg	Cebola Orgânica
38	500	kg	Cenoura Orgânica
39	40	kg	Chuchu
40	160	kg	Chuchu Orgânico
41	300	kg	Coque Flor
42	30	kg	Coque flor orgânico
43	60	Maço 150g	Coque folha
44	120	Maço 150g	Coque folha Orgânica
45	320	kg	Coca Alana
46	520	kg	Coca Hingara
47	100	kg	Doce de frutas

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 855 - Fone/Fax (45)3258-8000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.716.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 156

48	80	kg	Feijão
49	350	kg	Feijão Orgânico
50	800	kg	Frango Capota
51	450	kg	Laranja
52	300	kg	Laranja Orgânica
53	60	kg	Limão
54	120	kg	Limão Orgânico
55	1750	kg	Macarrão
56	30	kg	Macarrão Formosa
57	350	kg	Maquião Formosa Orgânico
58	600	kg	Maniçoba
59	600	kg	Maniçoba Orgânica
60	100	kg	Manga
61	200	kg	Manga Orgânica
62	80	kg	Marmujá Orgânico
63	1750	kg	Massa de bexanha
64	80	kg	Mel
65	60	kg	Melado
66	30	kg	Melão amarelo Orgânico
67	90	kg	Milho Verde Embalado
68	60	Und.	Milho Verde Embalado Orgânico
69	7000	Und.	Mini pizza
70	80	kg	Momango Orgânico
71	800	kg	Pão (colurado, milho, carneiro)
72	800	kg	Pão caseiro Integral
73	320	kg	Peixe (Filé de Tilápia)
74	60	kg	Pepino
75	60	kg	Pepino Orgânico
76	100	kg	Pêssego
77	60	kg	Quiabo
78	40	kg	Quiabo Orgânico
79	500	kg	Repolho
80	450	kg	Repolho Orgânico
81	120	Maço 150g	Tempero Verde
82	200	Maço 150g	Tempero Verde Orgânico
83	400	kg	Tomate Orgânico
84	20	kg	Vagem
85	60	kg	Vagem Orgânica
			Total do projeto

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 855 - Fone/Fax (45)3258-8000 - CEP 85988-000 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.716.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página 156



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 17/2026

CRONOGRAMA DE ENTREGA (conforme chamada pública ou edital)	
VI- DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS	
VII- CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima são verídicas, em conformidade com o Edital.	
Local e Data	Fone/E-mail
Assinatura do Representante do Grupo Formal	CNPJ
Assinatura do Agricultor Fornecedor do Grupo Informal	Assinatura
Local e Data	Assinatura



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 17/2026

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Agente de Contratação do Município de Mercedes

Declaro, para os fins de direito, na qualidade de Proprietário do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº 17/2026, insinuado por este Município, que não fomos declarados inidôneos para licitar em contrato com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em 22 de maio de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº x/2026

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Origem dos Gêneros

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº xx/2026, instaurado por este Município, que os gêneros alimentícios são oriundos de (conforme o caso) *produção própria ou agricultores familiares ou agricultores cooperados/associados*

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em xx de xxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº x/2026

ANEXO VII

**Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Atendimento do
Limite Individual de Venda.**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº xx/2026, instaurado por este Município, que nos responsabilizamos pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos nossos cooperados/associados

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em xx de xxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2024

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE MERCEDES E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Contrato nº. 1/2024

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, o Exm. Sr. Laetion Weber, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Av. Dr. Maria Tereza, nº 583, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, inscrito no CPF sob nº. 043.304.219-88, portador da Carteira de Identidade nº. 8.455.101-5, expedida pela SSP/PR, a seguir denominada de CONTRATANTE, e a proponente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº. XX.XXX.XX/XXXX-XX, inscrita Estadual nº. XXXXXXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXX, nº. XXXXXX, XXXXX, CEP XX.XXX-XXX, na Cidade de XXXXXXX, Estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº. XX.XXX.XX/XXXX-XX, portador da Carteira de Identidade nº. XXXXXXX-XX, expedida pela SSP/PR, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXX, no Município de XXXXXXX, Estado do Paraná, a seguir denominada de CONTRATADA, acordam e ajustam, firmam o presente Contrato, nos termos da Lei nº. 11.947/2009, da Lei nº. 14.133/2021 e Legislação pertinente, atendendo a necessidade da Administração Geral, assim como pelas condições do procedimento de Chamada Pública nº. 1/2024, e do procedimento de Dispensa de Licitação nº. 1/2024, pelos termos da proposta da contratada datada de XX/XX/XXXX e pelas cláusulas e seguir expressas, definidas das direções, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e valores constantes na Cláusula Seguinte do presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA declara ter condições de entregar o objeto em estrita observância com o Edital de Chamada Pública nº. 1/2024, bem como, com o procedimento de Dispensa de Licitação nº. 1/2024, ambos do Município de Mercedes, Estado do Paraná e, em especial, com a proposta apresentada, que integram o presente instrumento de transcrição.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85968-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 61

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Parágrafo segundo – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na Dispensa de Licitação nº. 1/2026, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, a CONTRATADO receberá o valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXX) conforme listagem abaixo, quantos também no processo de Chamada Pública nº 1/2026, parte integrante do Processo Licitatório:

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Alface	8915	Kg	45		
02	Abacate Orgânico	8915	Kg	15		
03	Abacaxi	8915	Kg	60		
04	Abacaxi Orgânico	8915	Kg	100		
05	Abóbora Cabotian	8915	Kg	60		
06	Abóbora Cabotian Orgânica	8915	Kg	30		
07	Abóbora Moranga	8915	Kg	60		
08	Abóbora Moranga Orgânica	8915	Kg	30		
09	Abobrinha Mexicana	8915	Kg	120		
10	Abobrinha Orgânica	8915	Kg	120		
11	Acelga	8915	unid.	80		
12	Acerola	8915	Kg	80		
13	Acerola Orgânica	8915	Kg	120		
14	Alface	8915	Kg	90		
15	Alface Orgânica	8915	Kg	60		
16	Alho Orgânico	8915	Kg	10		
17	Amora Orgânica	8915	Kg	40		
18	Banana maçã	8915	Kg	250		
19	Banana maçã orgânica	8915	Kg	300		
20	Banana Naveia	8915	Kg	300		
21	Banana nanica orgânica	8915	Kg	500		
22	Beterraba doce	8915	Kg	80		
23	Beterraba orgânica	8915	Kg	80		
24	Bergamota orgânica	8915	Kg	100		
25	Beterraba	8915	Kg	150		
26	Beterraba orgânica	8915	Kg	180		

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85968-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 96.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 62

Pag. 39

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Descrição	Carmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
27	Isosacha caseira	8915	Kg	1125		
28	Bolinho de peixe	8915	Kg	240		
29	Bolo	8915	Kg	1800		
30	Bolo salgado	8915	Kg	600		
31	Brócolis	8915	Kg	130		
32	Brócolis orgânico	8915	Kg	80		
33	Carne de gado moída de 2ª	8915	Kg	1600		
34	Carne de gado picada sem osso (patio, traseiro, alcatra)	8915	Kg	1400		
35	Cebola	8915	Kg	15		
36	Cebola orgânica	8915	Kg	15		
37	Cenoura	8915	Kg	60		
38	Cenoura orgânica	8915	Kg	200		
39	Chuchu	8915	Kg	80		
40	Chuchu orgânico	8915	Kg	120		
41	Couve flor	8915	Kg	140		
42	Couve flor orgânica	8915	Kg	30		
43	Couve folha	8915	Maço 150 gramas	60		
44	Couve folha orgânica	8915	Maço 150 gramas	40		
45	Cuca Alena	8915	Kg	300		
46	Cuca húngara	8915	Kg	300		
47	Doce de frutas	8915	Kg	100		
48	Feijão	8915	Kg	150		
49	Feijão orgânico	8915	Kg	80		
50	Frango caipira	8915	Kg	1500		
51	Laranja lima orgânica	8915	Kg	40		
52	Laranja	8915	Kg	40		
53	Laranja orgânica	8915	Kg	260		
54	Limão	8915	Kg	50		
55	Limão orgânico	8915	Kg	30		
56	Macarrão	8915	Kg	700		
57	Mamão formosa	8915	Kg	60		
58	Mamão formosa orgânico	8915	Kg	60		
59	Mandioca	8915	Kg	600		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página: 83

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Descrição	Carmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
60	Mandioca orgânica	8915	Kg	120		
61	Muracujá	8915	Kg	60		
62	Muracujá orgânico	8915	Kg	60		
63	Massa de lasanha	8915	Kg	400		
64	Mel	8915	Kg	80		
65	Melado	8915	Kg	40		
66	Melão amarelo orgânico	8915	Kg	30		
67	Milho verde embalado	8915	Kg	60		
68	Milho verde embalado orgânico	8915	Kg	30		
69	Mito pizza	8915	unid.	6000		
70	Nogueira (mandioca, batata, batata doce)	8915	Kg	630		
71	Ovos - dúzias	8915	dúzias	1600		
72	Pão (café, milho, caseiro)	8915	Kg	1350		
73	Pão caseiro integral	8915	Kg	210		
74	Peixe (filé de tilápia)	8915	Kg	180		
75	Peixe	8915	Kg	40		
76	Pequi orgânico	8915	Kg	30		
77	Quiabo	8915	Kg	40		
78	Quiabo orgânico	8915	Kg	20		
79	Repolho	8915	Kg	240		
80	Repolho orgânico	8915	Kg	270		
81	Tempero verde	8915	Maço 150 gramas	100		
82	Tempero verde orgânico	8915	Maço 150 gramas	60		
83	Tomate	8915	Kg	40		
84	Tomate orgânico	8915	Kg	250		
TOTAL						

Parágrafo primeiro - No valor mencionado acima estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Parágrafo segundo - Os gêneros alimentícios a serem entregues ao CONTRATANTE poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos tenham as

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (41)3258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página: 84

Pag. 100

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

objeto contínuo e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico - RT, que poderá contar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 dias da data do fornecimento e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverá ser atestada pelo órgão responsável.

Parágrafo primeiro - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

Parágrafo terceiro - O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e quando assim não for possível, por meio de cheque nominal. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO: O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente licitação correrá por conta dos recursos da dotação orçamentária:

02.005.12.361.0004.2017 - Gestão da Alimentação Escolar - E.A.N.

Elemento de despesa: 33903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE. Os preços inicialmente acordados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do pagamento estimado, em 05/07/2024.

Parágrafo único: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS: O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo da Chamada Pública nº xx/2024.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45)3258-8000 - CEP 85868-000 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 10



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2026

CLÁUSULA SETIMA - ENTREGA DO OBJETO: Os produtos que constituem o objeto deste contrato deverão ser entregues nas escolas da rede municipal de ensino, obedecendo rigorosamente às datas constantes no Cronograma de Entrega, sem qualquer acréscimo de despesa com entrega e transporte.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar à CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, integrante do processo de Chamada Pública nº xx/2024.

Parágrafo segundo - O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, constante no anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições previstas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo primeiro - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

f) O CONTRATANTE se compromete em garantir, pelo prazo de 3 (três) anos, as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação;

g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45)3258-8000 - CEP 85868-000 - Mercedes - PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 10

Pag. 10/11

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

b) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

d) Responder, eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

Parágrafo segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar o fornecimento do objeto na forma ajustada;
- Atender nos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- Mantê-lo durante toda a execução do Contrato, em conformidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial quanto à regularidade fiscal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- ressair os danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização;

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Causa infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo ilícito no cometimento de qualquer natureza;
 - praticar ato ilícito previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Parágrafo primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desse Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desse Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. Multa:

- Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "c" a "h" do caput desta cláusula, de 15% a 30% do valor do Contrato;
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "e" do caput desta cláusula, de 10% a 20% do valor do Contrato;
- Para infração descrita na alínea "b" do caput desta cláusula, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato;
- Para infrações descritas na alínea "d" do caput desta cláusula, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato;
- Para a infração descrita na alínea "a" do caput desta cláusula, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

Parágrafo segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021), observado ainda o seguinte:

- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Parágrafo terceiro - A aplicação das sanções reinar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 002/2026

Parágrafo quinto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o perfeccionamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo quinto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam aplicadas como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos atos observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo sexto - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo sétimo - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), insuados no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo oitavo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo nono - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes dessa mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO: A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar com terceiro o fornecimento do objeto deste contrato.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 002/2026

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

Parágrafo primeiro - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos arrematados para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe ofereça vantagem.

Parágrafo segundo - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo terceiro - Caso a rescisão da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo quarto - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como antijuridicamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado o seguinte:

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo quinto - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Refação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

Parágrafo sexto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo sétimo - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função de fiscalização ou assessoria na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que devesse seja objeto de empreitada ou prestação em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 151, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2024

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021, pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, pela Resolução CDX/NDX nº 6, de 8 de maio de 2020 e pelas preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único - O presente contrato rege-se ainda pelo Edital de Chamada Pública nº 2/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS: A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal do contrato, da Secretaria de Educação e Cultura, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante na pela legislação.

Parágrafo único - A fiscalização e o registro contratuais serão realizadas de acordo com o disposto no Termo de Referência da Chamada Pública nº 2/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o final de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, a partir da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES: Esse Contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, respeitadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CARÁTER DO CONTRATO: O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 2/2026

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inatendimento do CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Parágrafo Único - Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO: Incumbido ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal nº 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo edital oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE: Fica eleito o foro competente da Comarca de Mercedes/Cláudio Rodon, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes datam e assinam o presente Instrumento Contratual, obrigando-se por si e por seus sucessores ao bom e fiel cumprimento do presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Mercedes, 25 de 08 de 2026.

Município de Mercedes
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE EDITAL E MINUTAS

CERTIFICO que na elaboração do Edital, e da minuta do Instrumento Contratual, relativos à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020, foram utilizadas as minutas padronizadas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica do Município,

Mercedes – PR, 22 de janeiro de 2026

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por LAERTON

WEBER:04530421988

Dados: 2026.01.22 11:02:59 -03'00'

Laerton Weber
PREFEITO

Pag.
106

Ass.

Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE DESPESA ORDINÁRIA

CERTIFICO que a contratação pretendida relativa à aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mercedes – PR, 22 de janeiro de 2026

Assinado de forma digital por EDSON

EDSON KNAUL:88632350900 KNAUL:88632350900

Dados: 2026.01.22 11:03:43 -03'00'

Edson Knaul

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Mercedes – PR, 22 de janeiro de 2026.

Exmo. Senhor Prefeito

Pelo presente solicito a Vossa Excelência a competente autorização para abertura de Processo Licitatório, na modalidade CHAMADA PÚBLICA que tem por objeto a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020.

Outrossim, informo a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Processo Licitatório supra indicado. O pagamento será efetuado através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - EAN.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

Anexo ao presente, a Portaria n.º 854/2025, na qual está designado o Agente de contratação/Pregoeiro, bem como os membros da Equipe de Apoio, a qual deverá ter sido publicada no Diário Oficial, anteriormente à publicação do Extrato de Edital de Licitação

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

EDSON KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por EDSON

KNAUL:88632350900

Dados: 2026.01.22 11:08:47 -03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

DE: EDSON KNAUL – Secretário de Plan. Adm. e Finanças

PARA: LAERTON WEBER – Prefeito



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

108

Ass.

PORTARIA Nº 854/2025.

DATA: 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Artigo 71, II, "a" e "c" da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de se designar Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, para a realização de licitações e contratações diretas nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR Jaqueline Stein, matrícula n.º 58629, como Agente de Contratação/Pregoeira Titular, William Thomas da Silva dos Anjos, matrícula n.º 179310 e Jéssica Gabriele Finckler, matrícula n.º 86010, como Agente de Contratação/Pregoeiros Suplentes, para a realização de licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Os certames deverão ser conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeira Titular e, em seu impedimento ou ausência, pela Suplente.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ficam designados Felipe Kauan Weber, matrícula n.º 141712; Camila Andressa Beyer, matrícula n.º 182451; Nilma Eger, matrícula n.º 38385; Dyeiko Allann Henz, matrícula n.º 104426; e Sidiane Weiss, matrícula n.º 51683.

Art. 3º. Fica revogada a partir desta data a portaria n.º 321/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de janeiro de 2026.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 30 de dezembro de 2025.

LAERTON

WEBER:045304

21988

Assinado de forma digital

por LAERTON

WEBER:04530421988

Data: 2025.12.30

09:37:02 -01'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Mercedes, 27 de janeiro de 2026.

Ilmo. Sr. Secretário de Planejamento, Administração e Finanças,

Considerando as informações apresentadas por Vossa Senhoria, **AUTORIZO** a abertura de procedimento auxiliar de contratação, na modalidade CHAMADA PÚBLICA n.º 1/2026, que tem por objeto a *Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.*

Anexo ao presente, a Portaria n.º 042/2026, na qual está designado o Agente de contratação/Pregoeiro, bem como os membros da Equipe de Apoio, para operacionalizar a Chamada Pública, sendo que a referida Portaria foi devidamente publicada no Diário Oficial do Município, anteriormente à publicação do Extrato de Chamada Pública.

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

LAERTON
WEBER:045304219
88

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.01.27 11:11:00
+03'00'

Laerton Weber
PREFEITO

DE: LAERTON WEBER – Prefeito

PARA: EDSON KNAUL – Secretário de Planej. Adm. e Finanças



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PORTARIA N.º 042/2026.

DATA: 22 DE JANEIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do disposto no Artigo 71, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 854, de 30 de dezembro de 2025, para operacionalizar a Chamada Pública e o posterior procedimento de Dispensa de Licitação no âmbito do Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020, segundo termos de referência, editais, avisos e/ou outros documentos contendo a regulamentação dos procedimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 22 de janeiro de 2026.

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por

LAERTON WEBER:04530421988

Dados: 2026.01.22 11:18:23 -03'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

ENTIDADE PROMOTORA: Município de Mercedes

INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura

1. PREÂMBULO

O Município de Mercedes, Estado do Paraná, pela Secretaria Planejamento, Administração e Finanças, através do Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 854/2025, conforme portaria 042/2026, com a devida autorização expedida pelo Sr. Laerton Weber, Prefeito Municipal, exarada em 22/01/2026 e de conformidade com os termos da Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE 6/2020, e demais legislação aplicável, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 28 de janeiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2026, no horário de expediente, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na Prefeitura do Município de Mercedes, localizada á Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo I deste Edital.

2.2. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao Município de Mercedes, definidos no Anexo I deste Edital, poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico - RT, que poderá contar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação Fornecedores Individuais, Grupos Informais de Agricultores Familiares e Grupos Formais de Agricultores Familiares, de acordo com o capítulo V da Resolução FNDE nº 06/2020, que atendam plenamente os requisitos de habilitação, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital, aceitando as exigências estabelecidas no mesmo.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

3.2. A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata esta chamada pública, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.

4. HABILITAÇÃO:

4.1. No envelope nº 1, os fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais deverão apresentar a documentação para habilitação, composta da seguinte forma:

4.1.1. Para Fornecedores Individuais, detentores de CAF Física, não organizados em grupo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
- b) Extrato da CAF Físico (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (modelo constante do Anexo VI);
- d) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;
- e) prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, caso for o caso.

4.1.2. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
- b) Extrato da CAF Físico (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Declaração, de cada agricultor, que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda (modelo constante do Anexo VI);
- d) Declaração, de cada agricultor, que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;
- e) prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, caso for o caso.
- f) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 2



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

4.1.3. Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

- a) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Extrato do CAF Jurídico (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) jurídica para associações e cooperativas, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores associados/cooperados (modelo constante do Anexo VI);
- g) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante do Anexo V;
- h) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo VII);
- i) prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, caso for o caso.
- j) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

OBS. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Município a abertura de prazo para regularização.

4.2. Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.

4.3. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Comissão de Licitação, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.4. A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este procedimento, constitui documento hábil para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante.

4.5. A proposta deverá ser protocolada no horário de expediente, junto a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

4.6. O envelope contendo a documentação para habilitação conterá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE: CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA

PROPONENTE: xxxxxxxxxxxxxx (indicar)

5. PROJETOS DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

5.1. No envelope nº 2, os fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme as disposições a seguir:

5.1.1. Para Fornecedores Individuais, não organizados em grupo:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo III), assinado pelo agricultor participante;

5.1.2. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo IV), elaborado conjuntamente e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;

5.1.3. Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

a) Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo IV), assinado pelo representante legal da Cooperativa/Associação participante.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

5.2. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e o número da CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor, quando se tratar de fornecedor individual ou grupo informal, e o CNPJ e CAF Jurídica da organização produtiva quando se tratar de grupo formal.

5.3. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido prazo para sua regularização de até 5 (cinco) dias úteis, conforme análise do Agente de Contratação.

5.4. Do envelope contendo a documentação para habilitação deverá conter, também, o Projeto de Venda, conforme estabelecido no item 4.6 deste Edital, assim como no item 8.28 do Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

6. ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

6.1. As propostas apresentadas serão apreciadas pela Comissão Permanente de Licitações no dia 20 de fevereiro de 2026, às 08:30h (oito horas e trinta minutos), realizando a avaliação e aprovação da documentação, obedecendo a ordem em que foram protocoladas.

6.2. Os interessados poderão acompanhar a sessão para abertura das propostas, ou fazer-se representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada, em instrumento escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja conferido poderes para tal.

6.2.1. No caso de representação o procurador ou a pessoa credenciada deverá apresentar o instrumento que o habilita para representar, antes do início dos trabalhos do Agente de Contratação.

6.3. Da sessão realizada para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas do Agente de Contratação, serão lavradas atas circunstanciadas.

6.4. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.5. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

6.6. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) CAF(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no I deste item, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) CAF(s).

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a CAF);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no inciso III deste item, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme CAF Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

6.7. Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.4 e 6.5.

6.8. A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata esta chamada pública, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.

7. RECURSOS, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO:

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de proponente, à anulação ou revogação da chamada pública, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

7.10. Uma vez proferido o julgamento pelo Agente de Contratação e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

eventuais recursos interpostos, o referido julgamento será encaminhado à autoridade competente para a devida deliberação e homologação.

7.11. Homologado o procedimento, será o fornecedor convocado para assinar o termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.

8. REGIME DE EXECUÇÃO:

8.1. A credenciada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 6/2020, observado o cronograma de entrega (Anexo III).

9. PAGAMENTO E REAJUSTES:

9.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 dias da data do fornecimento e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

9.1.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

9.2. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

9.3. O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e quando assim não for possível, por meio de cheque nominal. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

9.4. O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente chamada pública correrá por conta dos recursos da dotação orçamentária:

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - EAN.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

9.5. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Ano/E.Ex.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na CAF jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na CAF jurídica x R\$ 40.000,00.

10. PENALIDADES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.2. deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.3. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento ou prestar declaração falsa durante a chamada pública;

10.1.5. fraudar a chamada pública;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 9



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato/proposta, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato/proposta.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato/proposta.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do procedimento.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os interessados em adquirir fotocópia deste Edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante recolhimento do respectivo custo de reprodução gráfica, na forma do Decreto n.º 007/2021, sendo gratuito o seu fornecimento por correio eletrônico ou por gravação em mídia removível disponibilizada pelo interessado, desde que, por este solicitado. Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, gratuitamente, através da página oficial do Município de Mercedes na internet, no endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php>.

12.2. Para os casos omissos na presente Chamada Pública, prevalecerão os termos da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução CD/FNDE 6/2020, da Lei Federal n.º 14.133/21 e demais legislação em vigor.

12.3. Todas as alterações ou prorrogações da Chamada Pública serão publicadas na forma da Lei.

12.3. Fica o proponente ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta de vendas implicará na aceitação das condições estabelecidas nesta Chamada Pública.

12.4. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas.

12.4.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

12.5. A licitante credenciada responderá pelos danos que causar à Administração ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

12.6. As normas disciplinadoras da Chamada Pública serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta o certame, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros,



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas de Vendas e Documentos de Habilitação.

12.8. O Município de Mercedes poderá revogar o presente edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
 Apêndice A – Estudo Técnico Preliminar
 Apêndice B – Documento de Formalização de Demanda
- b) Anexo II - Modelo de declaração unificada para efeito de habilitação
- c) Anexo III – Cronograma de entrega dos alimentos;
- d) Anexo IV – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;
- f) Anexo VI - Declaração de origem dos produtos;
- g) Anexo VII - Declaração do representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda;
- h) Anexo VIII – Minuta do contrato.

Mercedes – PR, 27 de janeiro de 2026.

LAERTON
WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Data: 2026.01.27 11:12:02
+03'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	464373	Kg	50	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	464373	Kg	50	7,79	389,50
03	Abacaxi	464374	Kg	30	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	464374	Kg	240	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotian	463748	Kg	70	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotian Orgânica	463748	Kg	170	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	463746	Kg	80	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	463746	Kg	160	5,99	958,40
09	Abobrinha Menina	463751	Kg	40	5,58	223,20
10	Abobrinha Menina Orgânica	463752	Kg	260	7,25	1.885,00
11	Acelga	463818	unid	300	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	463818	unid	30	10,49	314,70
13	Acerola	464340	Kg	50	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	464340	Kg	280	14,33	4.012,40
15	Alface	463830	Kg	100	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	463845	Kg	150	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	463938	Kg	80	44,73	3.578,40
18	Amora	464456	Kg	30	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	464456	Kg	120	26,81	3.217,20
20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã Orgânica	464376	Kg	350	11,65	4.077,50
22	Banana Nanica	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nanica Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 14



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública n° 1/2026

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464435	Kg	50	6,79	339,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00
30	Bolacha caseira	464340	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Peixe	464340	Kg	1000	25,38	25.380,00
32	Bolo	609218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída 2ª	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânico	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço 150g	60	3,32	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço 150g	120	4,32	518,40
45	Cuca Alemã	461692	kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Húngara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de frutas	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipira	447587	Kg	800	28,35	22.680,00
51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00
53	Limão	464399	Kg	60	4,14	248,40
54	Limão Orgânico	464399	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
56	Mamão Formosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Mamão Formosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Mandioca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Mandioca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464410	Kg	100	7,25	725,00
61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Maracujá Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de lasanha	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00
64	Mel	413364	Kg	80	34,69	2.775,20
65	Melado	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Melão amarelo Orgânico	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde Embalado	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und.	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	456046	Und.	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	45,79	3.663,20
71	Pão (colorido, milho, caseiro)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Peixe (Filé de Tilápia)	448955	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Pepino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Pepino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Pêssego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Quiabo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Quiabo Orgânico	609440	Kg	40	19,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tempero Verde	615267	Maço 150g	120	4,15	498,00
82	Tempero Verde Orgânico	615267	Maço 150g	200	5,40	1.080,00
83	Tomate Orgânico	609442	Kg	500	11,53	5.765,00
84	Vagem	463794	Kg	20	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	463794	Kg	60	23,08	1.384,80

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 16



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pág.
124

Ass.
[Signature]

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do instrumento de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação, conforme atestado pela secretaria demandante em sede de Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, hipótese que se aplicam ao mesmo, independentemente de transcrição, as regras previstas na minuta do instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os alimentos devem ser entregues conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, seguindo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em consideração a sazonalidade;

4.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo;

4.3. As entregas devem ser realizadas junto ao Paço Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou diariamente,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3258-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional;

4.4. Abaixo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços:

Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha

Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.

Escola Rural Municipal José de Alencar

Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.

CMEI Passinhos do Saber

Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.

Escola Municipal Cantinho Feliz

Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Escola Municipal Tiradentes

Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

4.5. É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de manchas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento seguro dos alimentos;

4.6. Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária - SIM;

4.7. Os panificados devem apresentar a licença sanitária;

4.8. Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado;

4.9. As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos estudantes;

4.10. Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega do objeto se dará de acordo com o Cronograma de Entrega anexo, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 18



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
129

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, ou diretamente nas escolas atendidas, listadas a seguir:

Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha
Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.

Escola Rural Municipal José de Alencar
Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.

CMEI Passinhos do Saber
Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.

Escola Municipal Cantinho Feliz
Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Escola Municipal Tiradentes
Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

5.4. No caso de produtos perecíveis, considerando que se trata de itens in natura da agricultura familiar, deverão, na data da entrega, estar frescos e próprios para consumo, conforme padrões sanitários vigentes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
131

Ass.
[Assinatura]

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.9.16. outras atividades compatíveis com a função.

6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.10.6. a satisfação do público usuário.

6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.14.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

132

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.2. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Chamada Pública, seguida de procedimento de dispensa de licitação, regida pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 6/2020.

Forma de fornecimento

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade das unidades educacionais.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e
- f) Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das alíneas "b" a "e" do item 8.8, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o **interessado** comprovar os seguintes requisitos, **que serão exigidos conforme sua natureza jurídica**:

Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.19. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF válido, ou, ainda, outros documentos estabelecidos em competente regulamento, nos termos do art. 2º, 3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.23. **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

134

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I – Para Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Física ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).

II – Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física (Declaração de Aptidão ao Pronaf) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;
- d) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- e) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- f) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas, legumes e verduras).
- g) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

III – Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica ou CAF para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- f) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- g) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de panificação);
- h) Comprovação de Licença Sanitária (para produtos de origem animal) – SIM; e
- i) Certificado de Produtos Orgânicos (para frutas).
- j) Declaração unificada para efeito de habilitação (Anexo II).

8.26. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em:

- a) original; ou



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
138

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, mediante a exibição dos originais antes da entrega do envelope; ou
- d) publicação em órgão da imprensa oficial.

8.27. Juntamente com os documentos acima relacionados, deve ser apresentado o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, contendo:

- a) Nome completo ou razão social, endereço completo, CPF e RG, ou CNPJ, assim como número de telefone e endereço eletrônico, para contato;
- b) Identificação da Chamada Pública;
- c) Ser datada e assinada pelo responsável/interessado(s);
- d) Conter descrição completa, detalhada e precisa do objeto que se pretende fornecer;
- e) Conter valor unitário e valor total do objeto/item ao qual se refere a proposta, conforme o objeto deste Edital.

8.28. No envelope deverá constar a identificação do licitante, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE: CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de servir às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA

PROPONENTE: xxxxxxxxxxxxxx (indicar)

8.29. Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

(X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Considerando a baixa complexidade do objeto, que se trata de simples aquisição, restou dispensada a elaboração da análise de riscos, não obstante tenha sido a contratação precedida de Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - E.A.N.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

12.4. Diante de todo o exposto, *optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio*, consoante os motivos a seguir expostos:

IV) O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

V) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

VI) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de bens comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

VII) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer os bens, objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 20 de janeiro de 2026.

Camila Andressa Beyer
Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

APÊNDICE A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretária de Educação e Cultura

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar expirou em de 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças.

Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o art. 29 da Resolução FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar.

Ressalta-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto na Lei nº 15.226/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

142

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ampliado para 45% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, contribui para a melhoria da qualidade da alimentação ofertada nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrário sustentável.

Por fim, destaca-se que para garantir transparência e eficiência no processo, foram obtidos orçamentos de diversas fontes, incluindo cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, o mercado regional e também da Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Esses orçamentos foram utilizados para estabelecer a média de preços dos itens necessários para a composição da chamada pública destinada à Merenda Escolar.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pnep.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Os alimentos devem ser entregues conforme as orientações da Nutricionista do Município de Mercedes, seguindo o cronograma e o cardápio por ela elaborados, levando em consideração a sazonalidade;

A entrega dos produtos deverá ser efetuada de acordo com o Cronograma de Entrega em anexo; As entregas devem ser realizadas junto ao Paço Municipal ou diretamente nas escolas atendidas pelo programa, conforme Cronograma em anexo, nas segundas-feiras ou diariamente, a depender das necessidades específicas de cada unidade educacional;

Abaixo mencionam-se as escolas que receberão os produtos e seus respectivos endereços:

1. Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha
Endereço: Marechal Castelo Branco, nº 477 - Distrito Arroio Guaçu, Mercedes.
2. Escola Rural Municipal José de Alencar
Endereço: Avenida Willy Barth, nº 360 - Distrito Três Irmãs, Mercedes.
3. CMEI Passinhos do Saber
Endereço: Rua Roma, nº 600 - Bairro Loteamento Groff, Mercedes.
4. Escola Municipal Cantinho Feliz
Endereço: Rua Luiz Lorenzoni, nº 1873 - Bairro Centro, Mercedes.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 32



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

143

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

5. Escola Municipal Tiradentes

Endereço: Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 855 - Bairro Centro, Mercedes.

É essencial que todos os alimentos estejam dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo, sem alterações na cor, odor, aparência, textura, sem a presença de manchas, larvas ou fungos. As embalagens devem estar limpas, íntegras e adequadas para o armazenamento seguro dos alimentos;

Para os produtos de origem animal, deverá ser apresentado Comprovante de Licença Sanitária – SIM;

Os panificados devem apresentar a licença sanitária;

Quanto aos produtos orgânicos, deve ser apresentado o respectivo certificado;

As exigências em questão objetivam assegurar a qualidade nutricional e a segurança alimentar das refeições fornecidas aos alunos das escolas municipais, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos estudantes;

Quanto ao pagamento, estes serão realizados em 5 (cinco) parcelas, cujas datas serão agendadas previamente.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se comuns ou especiais, define a modalidade da licitação e o prazo de publicação do edital. A classificação do fornecimento em contínuo e não contínuo, por seu turno, define as regras aplicáveis a vigência da contratação.

As estimativas de quantidade para a contratação foram estabelecidas com base nas refeições previstas nos cardápios da rede municipal de ensino. Além disso, foram consideradas as contratações anteriores realizadas pela Administração para o mesmo fim, bem como o número de alunos matriculados. Com essas informações, foi feita uma análise para assegurar que as quantidades necessárias estivessem adequadas.

Essas quantidades devem ser estimadas levando em conta o cardápio, o número de alunos, a modalidade de ensino (parcial ou integral) e o histórico de demandas anteriores. Devem ser utilizadas estatísticas, regressões ou projeções da utilização durante o período de contratação.

Indique os quantitativos:

Item	Produto	Und	Quantidade
1.	Abacate	Kg	50
2.	Abacate Orgânico	Kg	50
3.	Abacaxi	Kg	30
4.	Abacaxi Orgânico	Kg	240
5.	Abóbora Cabotian	Kg	70
6.	Abóbora Cabotian Orgânica	Kg	170
7.	Abóbora Moranga	Kg	80
8.	Abóbora Moranga Orgânica	Kg	160
9.	Abobrinha Menina	Kg	40

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Produto	Und	Quantidade
10.	Abobrinha Menina Orgânica	Kg	260
11.	Acelga	unid	300
12.	Acelga Orgânica	unid	30
13.	Acerola	Kg	50
14.	Acerola Orgânica	Kg	280
15.	Alface	Kg	100
16.	Alface Orgânica	Kg	150
17.	Alho Orgânico	Kg	80
18.	Amora	Kg	30
19.	Amora Orgânica	Kg	120
20.	Banana maçã	Kg	200
21.	Banana maçã Orgânica	Kg	350
22.	Banana Nanica	Kg	100
23.	Banana Nanica Orgânica	Kg	250
24.	Batata Doce	Kg	300
25.	Batata Doce Orgânica	Kg	110
26.	Bergamota	Kg	50
27.	Bergamota Orgânica	Kg	250
28.	Beterraba	Kg	30
29.	Beterraba Orgânica	Kg	600
30.	Bolacha caseira	Kg	1100
31.	Bolinho de Peixe	Kg	1000
32.	Bolo	Kg	1800
33.	Brócolis	Kg	350
34.	Brócolis Orgânico	Kg	250
35.	Carne de gado moída 2ª	Kg	1100
36.	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	Kg	1050
37.	Cebola Orgânica	Kg	30
38.	Cenoura Orgânica	Kg	500
39.	Chuchu	Kg	40
40.	Chuchu Orgânico	Kg	160
41.	Couve Flor	Kg	300
42.	Couve flor orgânico	Kg	30
43.	Couve folha	Maço 150g	60
44.	Couve folha Orgânica	Maço 150g	120
45.	Cuca Alemã	kg	520
46.	Cuca Húngara	Kg	520
47.	Doce de frutas	Kg	100

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

**Município de Mercedes****Estado do Paraná***Edital de Chamada Pública nº 1/2026*

Item	Produto	Und	Quantidade
48.	Feijão	Kg	80
49.	Feijão Orgânico	Kg	350
50.	Frango Caipira	Kg	800
51.	Laranja	Kg	450
52.	Laranja Orgânica	Kg	300
53.	Limão	Kg	60
54.	Limão Orgânico	Kg	120
55.	Macarrão	Kg	1750
56.	Mamão Formosa	Kg	50
57.	Mamão Formosa Orgânico	Kg	350
58.	Mandioca	Kg	600
59.	Mandioca Orgânica	Kg	600
60.	Manga	Kg	100
61.	Manga Orgânica	Kg	200
62.	Maracujá Orgânico	Kg	80
63.	Massa de lasanha	Kg	1750
64.	Mel	Kg	80
65.	Melado	Kg	60
66.	Melão amarelo Orgânico	Kg	30
67.	Milho Verde Embalado	Kg	90
68.	Milho Verde Embalado Orgânico	UNID	60
69.	Mini pizza	Und.	7000
70.	Morango Orgânico	kg	80
71.	Pão (colorido, milho, caseiro)	kg	800
72.	Pão caseiro Integral	Kg	800
73.	Peixe (Filé de Tilápia)	Kg	320
74.	Pepino	Kg	60
75.	Pepino Orgânico	Kg	60
76.	Pêssego	Kg	100
77.	Quiabo	Kg	60
78.	Quiabo Orgânico	Kg	40
79.	Repolho	Kg	500
80.	Repolho Orgânico	Kg	450
81.	Tempero Verde	Maço 150g	120
82.	Tempero Verde Orgânico	Maço 150g	200
83.	Tomate Orgânico	Kg	500
84.	Vagem	Kg	20
85.	Vagem Orgânica	Kg	60

Classificação dos bens/serviços:**(X) Comuns.****() Especiais.**

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag. 146

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

(X) Continuada.

() Não continuada.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

(X) Plurianual

() Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Considerando que o art. 14 da Lei nº 11.947/09 determina que *"Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres"*.

Considerando ainda que o art. 24 da Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020 prevê que a aquisição dos gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar, verifica-se que a realização do presente processo é a única solução viável identificada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais)

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado realizada em cooperativa de município vizinho, produtores locais, feiras de produtores, mercado regional e também junto à Associação de Produtores Orgânicos de Mercedes. Para a formação de preço dos produtos orgânicos, considerou-se o acréscimo de 30% ao valor médio dos produtos não orgânicos.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Metodologia utilizada: Realização de média entre os valores cotados para cada item.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Aquisição de alimentos da agricultura familiar, através de Chamada Pública, servindo as necessidades da Secretaria de Educação, bem como em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e à Resolução FNDE n.º 06/2020 e eventuais alterações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não se aplica.

Com relação à forma de fornecimento, a entrega das merendas oriundas da agricultura familiar de forma parcelada nas escolas municipais de Mercedes/PR justifica-se, primeiramente, pela necessidade de garantir a qualidade, frescor e segurança alimentar dos gêneros fornecidos aos alunos. Por se tratarem, em sua maioria, de produtos in natura ou minimamente processados, o fracionamento das entregas reduz o tempo de armazenamento, evitando perdas, deterioração e desperdício de alimentos.

Nesse contexto, destaca-se que o cronograma de fornecimento dos gêneros da agricultura familiar será orientado por tabela específica de entregas parceladas, elaborada com base na natureza de cada alimento, sua perecibilidade, sazonalidade e volume de consumo nas unidades escolares. Referida tabela definirá a frequência, quantidade e período de entrega de cada item, possibilitando maior controle, previsibilidade e eficiência no abastecimento das escolas, bem como facilitando o planejamento logístico dos produtores familiares envolvidos.

Além disso, a entrega parcelada contribui para uma melhor organização logística e operacional das unidades escolares, que possuem espaços limitados para estocagem, nem sempre adequados para grandes volumes de alimentos perecíveis. Dessa forma, assegura-se o correto acondicionamento dos produtos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Outro fator relevante é a adequação do fornecimento ao cardápio escolar, permitindo ajustes conforme o consumo real dos alunos, o calendário letivo e eventuais alterações nutricionais planejadas pelo setor responsável. Isso proporciona maior eficiência na utilização dos recursos públicos e garante o atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, a entrega parcelada fortalece a agricultura familiar local, possibilitando aos produtores um planejamento mais equilibrado da produção, colheita e distribuição, respeitando a sazonalidade dos alimentos e promovendo a sustentabilidade econômica dos agricultores do município e região, ao mesmo tempo em que assegura a regularidade do abastecimento das escolas municipais.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

O processo de Chamamento Público é importante para cumprir a Lei Federal nº 11.947/2009, a Resolução FNDE nº 06/2020 e a Lei nº 15.226/2025, além de dar continuidade nas aquisições de alimentos para a merenda escolar municipal em 2024 e início de 2025.

Ademais, objetiva-se atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não há contratações correlatas e interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: os quantitativos foram estimados com base na necessidade exata de utilização por parte da Administração, tornando desnecessária a adoção do sistema de registro de preços.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Diante do exposto, declara-se ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência do ato e das providências cabíveis.

Esta análise técnica preliminar foi realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 para aquisição de gêneros alimentícios do município de Mercedes/PR.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 19 de dezembro de 2025.

Juciane Brum
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

APÊNDICE B

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes	
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Educação e Cultura	
Responsável pela Elaboração do Documento: Jaíne Dörner	
E-mail: educamercedes@yahoo.com.br	Telefone: (45) 3256-8010
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020.	
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): Considerando que o contrato vigente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar expirou em 2025, torna-se imprescindível a instauração de novo processo administrativo a fim de garantir a continuidade da aquisição de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Tais alimentos são essenciais para a composição do cardápio da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Mercedes/PR, assegurando o atendimento às necessidades nutricionais das crianças. Nesse contexto, o procedimento encontra-se plenamente alinhado ao direito constitucional à alimentação escolar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com o art. 29 da Resolução FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, medida fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar. Ademais, o art. 24 da referida Resolução estabelece que a aquisição desses gêneros alimentícios com recursos do PNAE deverá ocorrer por meio de dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, quando se tratar de compras da agricultura familiar. Ressalta-se, ainda, que a partir de janeiro de 2026, conforme disposto na Lei nº 15.226/2025, o percentual mínimo a ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar será ampliado para 45% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, reforçando a relevância dessa política pública para o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, contribui para a melhoria da qualidade da alimentação ofertada nas instituições educacionais, além de promover a geração de renda para as famílias agricultoras, estimular a permanência do produtor no campo, valorizar a produção local e regional e fomentar o desenvolvimento agrário sustentável.	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

151

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	464373	Kg	50	5,99	299,50
02	Abacate Orgânico	464373	Kg	50	7,79	389,50
03	Abacaxi	464374	Kg	30	9,13	273,90
04	Abacaxi Orgânico	464374	Kg	240	11,87	2.848,80
05	Abóbora Cabotian	463748	Kg	70	3,65	255,50
06	Abóbora Cabotian Orgânica	463748	Kg	170	4,75	807,50
07	Abóbora Moranga	463746	Kg	80	4,61	368,80
08	Abóbora Moranga Orgânica	463746	Kg	160	5,99	958,40
09	Abobrinha Menina	463751	Kg	40	5,58	223,20
10	Abobrinha Menina Orgânica	463752	Kg	260	7,25	1.885,00
11	Acelga	463818	unid	300	8,07	2.421,00
12	Acelga Orgânica	463818	unid	30	10,49	314,70
13	Acerola	464340	Kg	50	11,02	551,00
14	Acerola Orgânica	464340	Kg	280	14,33	4.012,40
15	Alface	463830	Kg	100	11,99	1.199,00
16	Alface Orgânica	463845	Kg	150	15,59	2.338,50
17	Alho Orgânico	463938	Kg	80	44,73	3.578,40
18	Amora	464456	Kg	30	20,62	618,60
19	Amora Orgânica	464456	Kg	120	26,81	3.217,20
20	Banana maçã	464376	Kg	200	8,96	1.792,00
21	Banana maçã Orgânica	464376	Kg	350	11,65	4.077,50
22	Banana Nanica	464380	Kg	100	6,51	651,00
23	Banana Nanica Orgânica	464380	Kg	250	8,46	2.115,00
24	Batata Doce	463753	Kg	300	5,09	1.527,00
25	Batata Doce Orgânica	463761	Kg	110	6,62	728,20
26	Bergamota	464435	Kg	50	6,79	339,50
27	Bergamota Orgânica	464435	Kg	250	8,83	2.207,50
28	Beterraba	463767	Kg	30	6,39	191,70
29	Beterraba Orgânica	463768	Kg	600	8,31	4.986,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 41



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

30	Bolacha caseira	464340	Kg	1100	46,92	51.612,00
31	Bolinho de Peixe	464340	Kg	1000	25,38	25.380,00
32	Bolo	609218	Kg	1800	21,55	38.790,00
33	Brócolis	463837	Kg	350	12,02	4.207,00
34	Brócolis Orgânico	463847	Kg	250	15,63	3.907,50
35	Carne de gado moída 2ª	447447	Kg	1100	32,70	35.970,00
36	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	447405	Kg	1050	46,60	48.930,00
37	Cebola Orgânica	463784	Kg	30	8,94	268,20
38	Cenoura Orgânica	463773	Kg	500	8,49	4.245,00
39	Chuchu	463778	Kg	40	5,35	214,00
40	Chuchu Orgânico	463779	Kg	160	6,96	1.113,60
41	Couve Flor	463831	Kg	300	12,41	3.723,00
42	Couve flor orgânico	463831	Kg	30	16,13	483,90
43	Couve folha	463842	Maço 150g	60	3,32	199,20
44	Couve folha Orgânica	463822	Maço 150g	120	4,32	518,40
45	Cuca Alemã	461692	kg	520	29,08	15.121,60
46	Cuca Húngara	460589	Kg	520	26,00	13.520,00
47	Doce de frutas	462683	Kg	100	28,49	2.849,00
48	Feijão	464552	Kg	80	11,32	905,60
49	Feijão Orgânico	464551	Kg	350	14,72	5.152,00
50	Frango Caipira	447587	Kg	800	28,35	22.680,00
51	Laranja	464395	Kg	450	5,74	2.583,00
52	Laranja Orgânica	464395	Kg	300	7,46	2.238,00
53	Limão	464399	Kg	60	4,14	248,40
54	Limão Orgânico	464399	Kg	120	5,38	645,60
55	Macarrão	458992	Kg	1750	31,80	55.650,00
56	Mamão Formosa	467418	Kg	50	9,63	481,50
57	Mamão Formosa Orgânico	467418	Kg	350	12,52	4.382,00
58	Mandioca	463795	Kg	600	8,51	5.106,00
59	Mandioca Orgânica	463813	Kg	600	11,06	6.636,00
60	Manga	464410	Kg	100	7,25	725,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 42



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

61	Manga Orgânica	464410	Kg	200	9,43	1.886,00
62	Maracujá Orgânico	464415	Kg	80	19,42	1.553,60
63	Massa de lasanha	459004	Kg	1750	24,62	43.085,00
64	Mel	413364	Kg	80	34,69	2.775,20
65	Melado	604518	Kg	60	23,34	1.400,40
66	Melão amarelo Orgânico	467420	Kg	30	11,95	358,50
67	Milho Verde Embalado	463797	Kg	90	10,03	902,70
68	Milho Verde Embalado Orgânico	463797	Und.	60	13,04	782,40
69	Mini pizza	456046	Und.	7000	4,17	29.190,00
70	Morango Orgânico	464328	kg	80	45,79	3.663,20
71	Pão (colorido, milho, caseiro)	470690	kg	800	26,71	21.368,00
72	Pão caseiro Integral	470690	Kg	800	29,19	23.352,00
73	Peixe (Filé de Tilápia)	448955	Kg	320	44,76	14.323,20
74	Pepino	463796	Kg	60	6,15	369,00
75	Pepino Orgânico	463810	Kg	60	8,00	480,00
76	Pêssego	464333	Kg	100	16,03	1.603,00
77	Quiabo	463792	Kg	60	14,76	885,60
78	Quiabo Orgânico	609440	Kg	40	19,19	767,60
79	Repolho	463839	Kg	500	4,95	2.475,00
80	Repolho Orgânico	467414	Kg	450	6,44	2.898,00
81	Tempero Verde	615267	Maço 150g	120	4,15	498,00
82	Tempero Verde Orgânico	615267	Maço 150g	200	5,40	1.080,00
83	Tomate Orgânico	609442	Kg	500	11,53	5.765,00
84	Vagem	463794	Kg	20	17,75	355,00
85	Vagem Orgânica	463794	Kg	60	23,08	1.384,80

*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Pag-

154

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

R\$ 566.863,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais)

5. Previsão da data desejada para a contratação: 20/01/2026

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:

(X) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.005.12.306.0004.2018 – Gestão da Alimentação Escolar - EAN.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

(X) SIM () NÃO

Justificativa: objeto de baixa complexidade.

Mercedes-PR, 18 de dezembro de 2025.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome):

Assinatura: _____



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO II

MODELO - DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA EFEITO DE HABILITAÇÃO*

Licitação: Chamada Pública nº 1/2026

Objeto: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Educação, em cumprimento à Lei n.º 11.947/2009 e a Resolução FNDE n.º 06/2020

A empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX, sediada XXX, através de seu representante, Sr(a). XXX, CPF número XXX, RG número XXX, **declara** sob as penas da lei que:

- a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o Município de Mercedes-PR, bem como não se encontra declarada inidônea por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Não está enquadrada nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal Nº 14.133/2021;
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- h) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- i) (☐) Sim, estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação, assim como em atendimento ao disposto nos § 2º e § 3º do art. 4 da Lei 14.133/2021, declaramos que no ano-calendário de realização deste processo ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- j) (☐) Não estamos enquadrados na condição de microempresa, empresa de pequeno ou equiparados.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

156

Ass.

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

_____, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

Assinatura do Responsável Legal da Proponente
(nome legível/cargo)

**Observar alíneas "i" e "j" e preencher adequadamente, conforme condição da empresa.*



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO III - CRONOGRAMA DE ENTREGA DE MERENDA – AGRICULTURA FAMILIAR

[illegible]

Página | 47



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO IV

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Identificação da proposta de atendimento ao edital/Chamada Pública nº 1/2026				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
A – Grupo Formal		N.º CAF JURÍDICA:		
1. Nome do Proponente		2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município		5. CEP
6. Nome do representante legal	7. CPF		8. DDD/Fone	
9. Banco	10. N.º da Agência		11. N.º da Conta Corrente	
B – Grupo Informal				
1. Nome do Proponente				
3. Endereço		4. Município		5. CEP
6. ENTIDADE ARTICULADOR A		8. DDD/Fone		
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. CAF	4. N.º da Agência	5. N.º da Conta Corrente
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

15				
16				
17				
18				
19				
20				

D – FORNECEDOR INDIVIDUAL

Nome do Fornecedor:	CPF:
Endereço:	Município/UF:
Nº da CAF Física	Fone
Banco:	Nº Agência
	E-mail (se houver)
	Nº Conta corrente

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade	2. CNPJ	3. Município:
4. Endereço:		5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail		7. CPF:

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
1					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
2					

**Município de Mercedes****Estado do Paraná***Edital de Chamada Pública nº 1/2026*

					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
					Total agricultor
3					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
					Total agricultor
4					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
					Total agricultor
5					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
					Total agricultor
6					



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
7					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
8					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
9					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

10					
					Total agricultor
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	5. R\$ 4. Qtd Unit	6. R\$ Total
11					
					Total agricultor
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	5. R\$ 4. Qtd Unit	6. R\$ Total
12					
					Total agricultor
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	5. R\$ 4. Qtd Unit	6. R\$ Total
13					
					Total agricultor
	1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	5. R\$ 4. Qtd Unit	6. R\$ Total
14					



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
15					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
16					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
17					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
18					



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

19					
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
					Total agricultor
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Qtd	5. R\$ Unit	6. R\$ Total
20					
					Total agricultor

TOTAL DO PROJETO

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Qtd	2. Unidade	3. Produto	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto
1	50	Kg	Abacate	
2	50	Kg	Abacate Orgânico	
3	30	Kg	Abacaxi	
4	240	Kg	Abacaxi Orgânico	
5	70	Kg	Abóbora Cabotian	
6	170	Kg	Abóbora Cabotian Orgânica	
7	80	Kg	Abóbora Moranga	
8	160	Kg	Abóbora Moranga Orgânica	
9	40	Kg	Abobrinha Menina	

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

**Município de Mercedes****Estado do Paraná***Edital de Chamada Pública nº 1/2026*

10	260	Kg	Abobrinha Menina Orgânica		
11	300	unid	Acelga		
12	30	unid	Acelga Orgânica		
13	50	Kg	Acerola		
14	280	Kg	Acerola Orgânica		
15	100	Kg	Alface		
16	150	Kg	Alface Orgânica		
17	80	Kg	Alho Orgânico		
18	30	Kg	Amora		
19	120	Kg	Amora Orgânica		
20	200	Kg	Banana maçã		
21	350	Kg	Banana maçã Orgânica		
22	100	Kg	Banana Nanica		
23	250	Kg	Banana Nanica Orgânica		
24	300	Kg	Batata Doce		
25	110	Kg	Batata Doce Orgânica		
26	50	Kg	Bergamota		
27	250	Kg	Bergamota Orgânica		
28	30	Kg	Beterraba		
29	600	Kg	Beterraba Orgânica		
30	1100	Kg	Bolacha caseira		
31	1000	Kg	Bolinho de Peixe		
32	1800	Kg	Bolo		
33	350	Kg	Brócolis		
34	250	Kg	Brócolis Orgânico		
35	1100	Kg	Carne de gado moída 2ª		
36	1050	Kg	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)		
37	30	Kg	Cebola Orgânica		
38	500	Kg	Cenoura Orgânica		
39	40	Kg	Chuchu		
40	160	Kg	Chuchu Orgânico		
41	300	Kg	Couve Flor		
42	30	Kg	Couve flor orgânico		
43	60	Maço 150g	Couve folha		
44	120	Maço 150g	Couve folha Orgânica		
45	520	kg	Cuca Alemã		
46	520	Kg	Cuca Húngara		
47	100	Kg	Doce de frutas		
48	80	Kg	Feijão		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

49	350	Kg	Feijão Orgânico		
50	800	Kg	Frango Caipira		
51	450	Kg	Laranja		
52	300	Kg	Laranja Orgânica		
53	60	Kg	Limão		
54	120	Kg	Limão Orgânico		
55	1750	Kg	Macarrão		
56	50	Kg	Mamão Formosa		
57	350	Kg	Mamão Formosa Orgânico		
58	600	Kg	Mandioca		
59	600	Kg	Mandioca Orgânica		
60	100	Kg	Manga		
61	200	Kg	Manga Orgânica		
62	80	Kg	Maracujá Orgânico		
63	1750	Kg	Massa de lasanha		
64	80	Kg	Mel		
65	60	Kg	Melado		
66	30	Kg	Melão amarelo Orgânico		
67	90	Kg	Milho Verde Embalado		
68	60	Und.	Milho Verde Embalado Orgânico		
69	7000	Und.	Mini pizza		
70	80	kg	Morango Orgânico		
71	800	kg	Pão (colorido, milho, caseiro)		
72	800	Kg	Pão caseiro Integral		
73	320	Kg	Peixe (Filé de Tilápia)		
74	60	Kg	Pepino		
75	60	Kg	Pepino Orgânico		
76	100	Kg	Pêssego		
77	60	Kg	Quiabo		
78	40	Kg	Quiabo Orgânico		
79	500	Kg	Repolho		
80	450	Kg	Repolho Orgânico		
81	120	Maço 150g	Tempero Verde		
82	200	Maço 150g	Tempero Verde Orgânico		
83	500	Kg	Tomate Orgânico		
84	20	Kg	Vagem		
85	60	Kg	Vagem Orgânica		
				Total do projeto:	
CRONOGRAMA DE ENTREGA (conforme chamada pública ou edital)					

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

**Município de Mercedes****Estado do Paraná***Edital de Chamada Pública nº 1/2026*

VI- DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS			
VII- CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)			
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.			
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail:
			CPF:
Local e Data:	Agricultores Fornecedores do Grupo Informal	Assinatura	
Local e Data:	Agricultor Fornecedor Individual	Assinatura	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Agente de Contratação do Município de Mercedes

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº 1/2026, instaurado por este Município, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em xx de xxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Origem dos Gêneros

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº 1/2026, instaurado por este Município, que os gêneros alimentícios são oriundos de (conforme o caso) *produção própria* ou *agricultores familiares* ou *agricultores cooperados/associados*.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em xx de xxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO VII

Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Atendimento do Limite Individual de Venda.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamada Pública nº 1/2026, instaurado por este Município, que nos responsabilizamos pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos nossos cooperados/associados.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Mercedes, em xx de xxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Declarante/Representante Legal



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº XX/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MERCEDES E A EMPRESA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **Município de Mercedes**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, o Exmo. Sr. Laerton Weber, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Av. Dr. Mario Totta, n.º 588, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, inscrito no CPF sob n.º 045.304.219-88, portador da Carteira de Identidade n.º 8.455.101-5, expedida pela SSP/PR, a seguir denominada de CONTRATANTE, e a proponente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, Inscrição Estadual n.º xxxxxxxx-xx, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, n.º., XXXXXXXX, XXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, na Cidade de XXXXXXXX, Estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob n.º xxx.xxx.xxx-xx, portador da Carteira de Identidade n.º x.xxx.xxx-x, expedida pela SSP/PR, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, no Município de XXXXXXXX, Estado do Paraná, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei n.º 11.947/2009, da Lei n.º 14.133/2021 e Legislação pertinente, atendendo a necessidade da Administração Geral, assim como pelas condições do procedimento de Chamada Pública n.º 1/2026, e do procedimento de Dispensa de Licitação n.º x/2026, pelos termos da proposta da contratada datada de xx/xx/xxxx e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e valores constantes na Cláusula Segunda do presente instrumento contratual.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA declara ter condições de entregar o objeto em estrita observância com o Edital de Chamada Pública n.º 1/2026, bem como, com o procedimento de Dispensa de Licitação n.º x/2026, ambos do Município de Mercedes, Estado do Paraná e, em especial, com a proposta apresentada, que integram o presente independente de transcrição.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Parágrafo segundo – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas na Dispensa de Licitação nº. x/2026, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, a CONTRATADO receberá o valor total de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) conforme listagem abaixo, constante também no processo de Chamada Pública nº 1/2026, parte integrante do Processo Licitatório:

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
01	Abacate	8915	Kg	45		
02	Abacate Orgânico	8915	Kg	15		
03	Abacaxi	8915	Kg	60		
04	Abacaxi Orgânico	8915	Kg	100		
05	Abóbora Cabotian	8915	Kg	60		
06	Abóbora Cabotian Orgânica	8915	Kg	30		
07	Abóbora Moranga	8915	Kg	60		
08	Abóbora Moranga Orgânica	8915	Kg	30		
09	Abobrinha Menina	8915	Kg	120		
10	Abobrinha Orgânica	8915	Kg	120		
11	Acelga	8915	unid.	80		
12	Acerola	8915	Kg	80		
13	Acerola Orgânica	8915	Kg	120		
14	Alface	8915	Kg	90		
15	Alface Orgânica	8915	Kg	60		
16	Alho Orgânico	8915	Kg	10		
17	Amora Orgânica	8915	Kg	40		
18	Banana maçã	8915	Kg	250		
19	Banana maçã orgânica	8915	Kg	300		
20	Banana Nanica	8915	Kg	300		
21	Banana nanica orgânica	8915	Kg	500		
22	Batata doce	8915	Kg	80		
23	Batata doce orgânica	8915	Kg	80		
24	Bergamota orgânica	8915	Kg	100		
25	Beterraba	8915	Kg	150		
26	Beterraba orgânica	8915	Kg	180		
27	Bolacha caseira	8915	Kg	1125		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 62



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
28	Bolinho de peixe	8915	Kg	240		
29	Bolo	8915	Kg	1800		
30	Bolo salgado	8915	Kg	600		
31	Brócolis	8915	Kg	130		
32	Brócolis orgânico	8915	Kg	80		
33	Carne de gado moída de 2ª	8915	Kg	1600		
34	Carne de gado picada sem osso (paleta, traseiro, alcatra)	8915	Kg	1400		
35	Cebola	8915	Kg	15		
36	Cebola orgânica	8915	Kg	15		
37	Cenoura	8915	Kg	60		
38	Cenoura orgânica	8915	Kg	200		
39	Chuchu	8915	Kg	80		
40	Chuchu orgânico	8915	Kg	120		
41	Couve flor	8915	Kg	140		
42	Couve flor orgânico	8915	Kg	30		
43	Couve folha	8915	Maço 150 gramas	60		
44	Couve folha orgânica	8915	Maço 150 gramas	40		
45	Cuca Alemã	8915	Kg	300		
46	Cuca húngara	8915	Kg	300		
47	Doce de frutas	8915	Kg	100		
48	Feijão	8915	Kg	150		
49	Feijão orgânico	8915	Kg	80		
50	Frango caipira	8915	Kg	1500		
51	Laranja lima orgânica	8915	Kg	40		
52	Laranja	8915	Kg	40		
53	Laranja orgânica	8915	Kg	260		
54	Limão	8915	Kg	50		
55	Limão orgânico	8915	Kg	30		
56	Macarrão	8915	Kg	700		
57	Mamão formosa	8915	Kg	60		
58	Mamão formosa orgânico	8915	Kg	60		
59	Mandioca	8915	Kg	600		
60	Mandioca orgânica	8915	Kg	120		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	RS Unit.	RS Total
61	Maracujá	8915	Kg	60		
62	Maracujá orgânico	8915	Kg	60		
63	Massa de lasanha	8915	Kg	400		
64	Mel	8915	Kg	80		
65	Melado	8915	Kg	40		
66	Melão amarelo orgânico	8915	Kg	30		
67	Milho verde embalado	8915	Kg	60		
68	Milho verde embalado orgânico	8915	Kg	30		
69	Mini pizza	8915	unid.	6000		
70	Nhoque (mandioca, batata, batata doce)	8915	Kg	630		
71	Ovos - dúzias	8915	dúzias	1600		
72	Pão (colorido, milho, caseiro)	8915	Kg	1350		
73	Pão caseiro integral	8915	Kg	210		
74	Peixe (filé de tilápia)	8915	Kg	180		
75	Pepino	8915	Kg	40		
76	Pepino orgânico	8915	Kg	30		
77	Quiabo	8915	Kg	40		
78	Quiabo orgânico	8915	Kg	20		
79	Repolho	8915	Kg	240		
80	Repolho orgânico	8915	Kg	270		
81	Tempero verde	8915	Maço 150 gramas	100		
82	Tempero verde orgânico	8915	Maço 150 gramas	60		
83	Tomate	8915	Kg	40		
84	Tomate orgânico	8915	Kg	250		
TOTAL						

Parágrafo primeiro - No valor mencionado acima estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Parágrafo segundo - Os gêneros alimentícios a serem entregues ao CONTRATANTE poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem do objeto contratual e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Nutricionista Responsável Técnico - RT, que poderá contar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 dias da data do fornecimento e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

Parágrafo primeiro - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

Parágrafo terceiro - O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e quando assim não for possível, por meio de cheque nominal. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO: O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente licitação correrá por conta dos recursos da dotação orçamentária:

02.005.12.361.0004.2017 – Gestão da Alimentação Escolar - EAN.

Elemento de despesa: 333903205

Fonte de recurso: 1042, 107, 505, 104

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE: Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025.

Parágrafo único: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS: O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo da Chamada Pública nº 1/2026.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

CLÁUSULA SETIMA – ENTREGA DO OBJETO: Os produtos que constituem o objeto deste contrato deverão ser entregues nas escolas da rede municipal de ensino, obedecendo rigorosamente às datas constantes no Cronograma de Entrega, sem qualquer acréscimo de despesa com entrega e transporte.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar à CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, integrante do processo de Chamada Pública n.º 1/2026.

Parágrafo segundo - O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, constante no anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo primeiro – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.
- f) O CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

h) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

Parágrafo segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento do objeto na forma ajustada,
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato,
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação,
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial quanto à regularidade fiscal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) ressarcir os danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do *caput* desta cláusula, de 15% a 30% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" *caput* desta cláusula, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea "b" do *caput* desta cláusula, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea "d" do *caput* desta cláusula, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea "a" do *caput* desta cláusula, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

Parágrafo segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021), observado ainda o seguinte:

- a) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

Parágrafo quarto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo quinto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo sexto - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo sétimo - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo oitavo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo nono - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO: A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar com terceiro o fornecimento do objeto deste contrato.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo primeiro - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo segundo - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo terceiro - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo quarto - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado o seguinte:

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo quinto - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

Parágrafo sexto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo sétimo - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 14.133/2021, pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, pela Resolução/CD/FNDE n.º 6, de 8 de maio de 2020 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único - O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamada Pública n.º 1/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS: A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal do contrato, da Secretaria de Educação e Cultura, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

Parágrafo único – A fiscalização e gestão contratuais serão realizadas de acordo com o disposto no Termo de Referência da Chamada Pública n.º 1/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o final de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, a partir da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CARÁTER DO CONTRATO: O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Chamada Pública nº 1/2026

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Parágrafo Único - Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO: Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE: Fica eleito o foro competente da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes datam e assinam o presente Instrumento Contratual, obrigando-se por si e por seus sucessores ao bom e fiel cumprimento do presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Mercedes, xx de xxxx de 2026.

Município de Mercedes
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Município de Mercedes

Estado do Paraná

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, torna público a quem interessar possa, com fundamento na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE 6/2020, e demais legislação aplicável, fará realizar em sua sede, **CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**

PERÍODO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROJETO DE VENDA: 28 de janeiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2026, no horário de expediente, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:3h (oito horas e trinta minutos) do dia 20 de fevereiro de 2026.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura de Mercedes – PR, sita na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, Mercedes, Estado do Paraná.

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – <http://www.mercedes.pr.gov.br/> – Editas e Licitações, ou no Departamento de Administração da Prefeitura do Município de Mercedes, de segunda à sexta feira, no horário de atendimento ao público, das 07:30 às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças – Departamento de Administração, ou pelo telefone (045) 3256 – 8028, ou e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br

Mercedes/PR, em 27 de janeiro de 2026.

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Data: 2026.01.27 11:15:24
+03'00'

Laerton Weber
PREFEITO

- PUBLICADO -

DATA 27 / 01 / 26

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

EDIÇÃO 4364

- PUBLICADO -

DATA 28 / 01 / 26

ORGÃO O Paraná

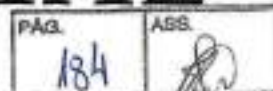
PÁGINA 1

Nº EDIÇÃO 14781



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MERCEDES



27 de janeiro de 2026

ANO: XIV

EDIÇÃO Nº: 4364

www.mercedes.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

nº 13/2025, que tem por objeto a concessão onerosa de direito real de uso dos bens imóveis: Terreno Urbano formado pelos lotes n.º 01, 02, 03 e 18 da Quadra n.º 01, do Loteamento Parque Industrial, perfazendo uma área de 1.721,78 m², dotados de dois barracões pré-moldados, medindo receptivamente 225m² e 67,5 m², matriculados no Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon sob a Matrícula n.º 25.517, nos termos da Lei Ordinária n.º 1.892, de 13 de maio de 2025, ADJUDICA e HOMOLOGA o resultado constante do Termo de Julgamento e Homologação, conforme disposições a seguir:

LOTE	VENCEDOR	Pontuação
1	Top Vida Distribuidora de Alimentos Ltda., CNPJ 64.129.525/0001-04	250

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 27 de janeiro de 2026.

Laerton Weber
PREFEITO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, torna público a quem interessar possa, com fundamento na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE 6/2020, e demais legislação aplicável, fará realizar em sua sede, **CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**

PERÍODO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROJETO DE VENDA: 28 de janeiro de 2026 a 19 de fevereiro de 2026, no horário de expediente, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:3h (oito horas e trinta minutos) do dia 20 de fevereiro de 2026.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura de Mercedes – PR, sita na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, Mercedes, Estado do Paraná.

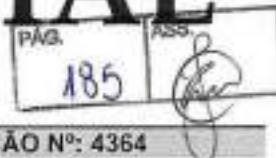
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – <http://www.mercedes.pr.gov.br/> – Editas e Licitações, ou no Departamento de Administração da Prefeitura do Município de Mercedes, de segunda à sexta feira, no horário de atendimento ao público, das 07:30 às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

Página 12



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MERCEDES



27 de janeiro de 2026

ANO: XIV

EDIÇÃO Nº: 4364

www.mercedes.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças – Departamento de Administração, ou pelo telefone (045) 3256 – 8028, ou e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br

Mercedes/PR, em 27 de janeiro de 2026.

Laerton Weber
PREFEITO

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
MERCEDES – PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) – 2026.

O Conselho Municipal de Saúde do município de Mercedes, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

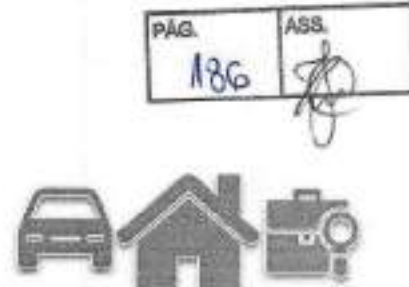
Art. 1º - Aprovar a Programação Anual de Saúde (PAS) de 2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mercedes, 27 de janeiro de 2026.

Nilzete Pickler
Presidente do Conselho Municipal de Saúde





Author	Year	Sample Size	Effect Size
...